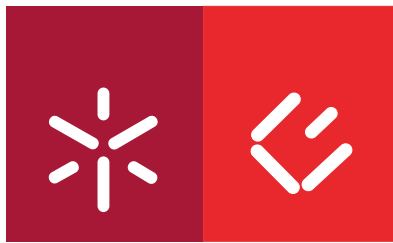


Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Hélder Fernando Pereira Alves

Funções - voto: o caso da União Europeia.



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Hélder Fernando Pereira Alves

Funções - voto: o caso da União Europeia.

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Economia

Trabalho realizado sob a orientação da
Professora Doutora Linda Gonçalves Veiga

Declaração

Nome: Helder Fernando Pereira Alves

Endereço electrónico: hefepeal@hotmail.com

Título da dissertação:

Funções-voto: o caso da União Europeia

Orientador:

Professora Doutora Linda Gonçalves Veiga

Ano de conclusão: 2011

Designação do Mestrado:

Mestrado em Economia

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho,

Assinatura: _____

*Para a Liliana, Mãe e Pai,
e todos os que me rodeiam.*

Agradecimentos

Em primeiro lugar, esta tese só foi possível com a ajuda da minha família. Só com o apoio financeiro dos meus pais e a motivação da minha namorada, é que foi possível ingressar neste Mestrado e superar os momentos mais difíceis.

Também muito importante foi o apoio e convívio constante de todos os meus amigos que me rodeiam, quer em Celorico de Basto, quer na Universidade do Minho. Foram muito bons os almoços e discussões na cantina. Foram muito boas as tardes passadas no NIPE. Foram muito bons os jantares e cafés que ocorreram ocasionalmente.

Não só como muito importante, como também imprescindível, foi o apoio da minha orientadora – professora Linda Veiga -, onde sem ela, esta Tese nunca teria sido feita, e os seus comentários foram essenciais em todo o processo. Também tenho um especial agradecimento aos professores e amigos Miguel Portela e Luís Aguiar Conraria.

Ainda tenho que agradecer a toda a malta de Coimbra (e Felgueiras) que tive o imenso prazer de conhecer e conviver.

Resumo

Este trabalho tem como objectivo estimar uma função-voto para um conjunto de quinze países da Europa Ocidental para o período 1960-2008, e verificar se o processo de integração europeu afectou essa função. Para tal, recorreu-se a várias técnicas econométricas, nomeadamente o método dos mínimos quadrados ordinários, efeitos fixos e mínimos quadrados ponderados.

Os resultados indicam que a análise deste tipo de funções deve ter em conta a dimensão de cada amostra, i.e., o método dos mínimos quadrados ponderados é que produz melhores resultados. Das variáveis económicas, a que se revelou estatisticamente mais significativa foi o crescimento real do produto. Das variáveis políticas, a percentagem de votos obtida na eleição anterior exerce uma forte influência no resultado eleitoral da eleição seguinte. Relativamente ao processo de integração europeu, encontrou-se evidência de que com a entrada dos critérios de convergência impostos pelo Tratado de Maastricht, os eleitores passaram a penalizar estruturas governamentais que não cumprissem os limites de défice estabelecidos.

Estes resultados podem ter importantes implicações na condução da política orçamental dos países estudados.

Palavras-chave: Funções-voto, União Europeia, integração europeia.

Abstract

This thesis aims to estimate a vote for a set of fifteen Western European countries for the period 1960-2008, and verify if the process of European integration has affected their relationship.

To this end, we used several econometric techniques, including the method of ordinary least squares, fixed effects and weighted least squares.

The results indicate that the analysis of such functions must take into account the size of each sample, i.e., the weighted least squares method is the one that produces better results. Of all economic variables analyzed, the one that showed to be the most statistically significant was the real growth of the GDP. Regarding the political variables, we found evidence that the percentage of votes obtained in the previous election exercises a strong influence on the results of the following one. Regarding the European integration process, we found evidence that with the entry of the convergence criteria imposed by the Maastricht Treaty, the voters started to penalize governments that did not comply with the limits established for the general government net position.

These results may have important implications in the conduction of the budgetary policies of the countries studied.

Keywords: Vote-functions, European Union, European integration.

Índice

| | |
|--|----------|
| Declaração..... | ii |
| Dedicatória..... | iii |
| Agradecimentos..... | iv |
| Resumo..... | v |
| Abstract..... | vi |
| Índice..... | vii |
| Índice de Gráficos..... | ix |
| Índice de tabelas..... | ix |
| | |
| 1. Introdução..... | 1 |
| 2. Revisão de Literatura..... | 3 |
| 2.1 Funções voto-popularidade..... | 3 |
| 2.1.1 Variável dependente..... | 3 |
| 2.1.2 Variáveis económicas explicativas..... | 4 |
| 2.1.3 Eleitores egotrópicos vs sociotrópicos..... | 5 |
| 2.1.4 Eleitores retrospectivos vs prospectivos..... | 6 |
| 2.1.5 Assimetria..... | 8 |
| 2.1.6 Custo de governar..... | 10 |
| 2.1.7 Instabilidade das funções-voto..... | 11 |
| 2.1.8 Estudos de funções-voto para um conjunto alargado de países..... | 11 |
| 2.2 União Europeia – O processo de integração Europeu..... | 13 |
| 2.2.1 Comunidade Europeia do Carvão e do Aço..... | 13 |
| 2.2.2 Comunidade Económica Europeia..... | 14 |
| 2.2.3 As décadas de 60 e 70..... | 14 |

| | |
|--|-----------|
| 2.2.4 Acto Único Europeu..... | 15 |
| 2.2.5 Tratado da União Europeia..... | 15 |
| 2.2.6 Tratado de Amesterdão..... | 17 |
| 2.2.7 União Europeia – motivação de estudo..... | 17 |
| 3. Base de dados..... | 18 |
| 4. Modelo empírico..... | 19 |
| 4.1 Variáveis económicas..... | 20 |
| 4.2 Variáveis políticas..... | 21 |
| 5. Estimação empírica..... | 22 |
| 5.1 Método dos mínimos quadrados ordinários..... | 23 |
| 5.2 Método dos mínimos quadrados ordinários - efeitos fixos..... | 25 |
| 5.3 Método dos mínimos quadrados ponderados..... | 26 |
| 5.4 Processo de integração Europeu..... | 33 |
| 6. Conclusão..... | 39 |
| 7. Bibliografia..... | 40 |
| Anexo estatístico..... | 44 |

Índice de gráficos

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 – Taxa de inflação homóloga..... | 36 |
|--|----|

Índice de tabelas

| | |
|--|----|
| Tabela 1 – Estatísticas descritivas das variáveis..... | 44 |
| Tabela 2 – Periodicidade inicial das variáveis..... | 45 |
| Tabela 3..... | 24 |
| Tabela 4..... | 26 |
| Tabela 5..... | 29 |
| Tabela 6..... | 30 |
| Tabela 7..... | 32 |
| Tabela 8..... | 35 |
| Tabela 9..... | 38 |

1. Introdução

Desde cedo, o impacto das eleições na performance política suscita intriga e interesse na condução das políticas que regem cada país. É um facto estabelecido que os políticos adequam as suas acções em seu benefício de modo a obter o máximo apoio eleitoral possível. Em 1957, Downs (1957) avança com uma teoria onde os eleitores avaliam as políticas implementadas juntamente com as promessas feitas pelos políticos e, de acordo com as suas preferências, vão escolher o partido que lhes confere maior utilidade esperada. É com o trabalho deste autor que surgem diversos estudos que analisaram a possibilidade de existir uma relação entre a evolução da economia e o apoio/resultado eleitoral. Deste modo, a investigação científica tem levado a cabo dois tipos de abordagem distintos; uma das abordagens corresponde à análise da evolução da popularidade de um partido ou governo (nomeadamente, funções de popularidade), enquanto a outra centra-se na avaliação do resultado eleitoral (i.e., funções-voto). Assim, Mueller (1970) procedeu à primeira análise da popularidade dos presidentes dos E.U.A. tendo em conta a evolução da economia. Kramer (1971) foi o primeiro autor a estudar empiricamente o impacto de alguns índices económicos nos resultados eleitorais do governo dos E.U.A. Desde então, foram vários os autores que analisaram esta relação, alargando-se o número de países e o período temporal estudados.

A literatura das funções de popularidade tem sido bem sucedida em encontrar relações fortes entre a evolução económica de um país e o apoio que os seus residentes dão aos seus governantes. Contudo, o estudo de funções-voto tem encontrado algumas dificuldades na obtenção de uma relação forte entre a economia e o resultado eleitoral. Uma das principais explicações para este contraste, baseia-se no número de observações disponíveis. Enquanto que, durante um único mandato é possível levar a cabo várias sondagens que avaliam o apoio dos eleitores dão ao governo (ou a qualquer outro partido), apenas terão lugar duas eleições (uma no início do mandato e outra no fim), o que se traduz numa única variação na percentagem de votos do governo, o que resulta numa única observação. Assim, durante um mandato de quatro anos é possível obter mais de quarenta observações para a popularidade do governo (assumindo que mensalmente se efectua sondagens), pelo que para o estudo de funções-voto, apenas uma observação será criada.

No fim dos anos 80, começaram a surgir estudos que analisaram funções-voto tendo como base de dados um conjunto de países. Paldam (1991) foi o primeiro a usar uma base de dados consideravelmente alargada (dezassete países desenvolvidos). No entanto, os resultados deste autor não evidenciam um grande impacto da evolução da economia na decisão de voto dos eleitores. Uma das explicações avançadas pelo autor para este acontecimento baseia-se nas diferenças institucionais entre os países da amostra. Mais concretamente, em países onde existe maior instabilidade política¹, é mais difícil extrair uma relação entre a economia e o resultado eleitoral. Chappell e Veiga (2000) foram os últimos autores a estimar funções-voto para um conjunto alargado de países da Europa Ocidental. No entanto, os seus resultados apenas apontam para a inflação como o único factor económico que afecta o resultado eleitoral.

Desde o estudo de Chappell e Veiga (2000) até à actualidade, grandes transformações ocorreram na Europa Ocidental. Em algum destes países adoptou-se o Euro como moeda oficial, e delegou-se mais poderes a entidades supranacionais, como por exemplo, a política monetária que passou a ser comandada pelo Banco Central Europeu (BCE). Apesar desta transferência de competências em entidades supranacionais diminuir directamente o grau de responsabilização dos governos na evolução da economia do seu país, a diminuição da heterogeneidade institucional, subjacente ao processo de integração europeu, poderá ajudar a melhorar os resultados anteriormente obtidos devido à aproximação do funcionamento dos mecanismos internos de cada país. Assim, questões como “Será que a responsabilização dos governos pertencentes à zona euro foi alterada com a delegação de poderes?” ou “Actualmente, com a integração europeia verificada na última década, existe maior evidência de que a economia influencia os resultados eleitorais na Europa Ocidental?” ainda não foram respondidas. Responder a estas questões é o principal objectivo desta tese. Para tal, vão ser estimadas funções-voto numa base de dados que contém dados económicos e políticos, e que abarca 15 países da União Europeia para o período 1960-2008.

Esta tese está organizada da seguinte maneira. Após a introdução, procede-se à revisão de literatura. De seguida, descreve-se a base de dados. Posteriormente, explica-se o modelo

¹ Por exemplo, governos de coligação, mandatos que não cumprem o período previamente estipulado, governos com mudança frequente de líder, etc.

empírico utilizado e exibe-se os resultados obtidos. De seguida, efectua-se as conclusões dos resultados. Por último, descreve-se a bibliografia utilizada.

2. Revisão de literatura

Nesta tese, tal como foi referido, são estudadas funções-voto na Europa Ocidental e implicações do processo de integração europeu nas mesmas. Assim, de modo a elucidar o raciocínio da escolha do tema e o trabalho empírico efectuado, fez-se uma revisão de literatura de ambos os temas. Assim, em primeiro lugar aborda-se o estado da arte das funções-voto e, de seguida, sintetiza-se a evolução histórica da União Europeia.

2.1 Funções voto-popularidade

Vários são os autores que sumariaram os avanços científicos na evolução deste tema. Em Nannestad e Paldam (1994), Lewis-Beck e Stegmaier (2000), Lewis-Beck e Paldam (2000), Duch e Stevenson (2008, Cap. 1), Paldam (2004) e Brug *et al* (2007, Ch1), estão presentes revisões sobre o estado da arte no estudo de funções voto-popularidade, sendo as três últimas referências as mais abrangentes. Nas subsecções seguintes vai-se apresentar parte dessa literatura.

2.1.1 Variável dependente

No estudo de funções de popularidade, é comum usar como variável dependente índices de popularidade (Mueller, 1970) ou intenções de voto (Veiga e Veiga, 2004). No entanto, nas funções-voto o objectivo é explicar as variações nos resultados eleitorais. Deste modo, os investigadores destas funções utilizam como variável dependente a variação, de eleição para eleição, na percentagem de votos (ou número de lugares no parlamento) do governo (Paldam, 1991; Powell e Whitten, 1993; Chappell e Veiga, 2000).

Wilkin *et al* (1997), como especificação adicional, empregaram na sua análise a variação na percentagem de votos do maior partido no governo². Segundo estes autores, utilizar esta medida como variável dependente produz melhores resultados, dado que é mais fácil para o eleitor responsabilizar o partido líder. Os seus resultados dão suporte a esse argumento.

² Como esta especificação vai ser utilizada no modelo, de modo a tornar o texto mais fluente vai-se designar o maior partido do governo como o partido líder.

Chappell e Veiga (2000) desagregaram a variação da percentagem de votos do governo pelos partidos que o constituem. Os autores tinham como objectivo aumentar o número de observações e analisar se os partidos que constituem um governo de coligação eram responsabilizados de igual forma. Brug *et al* (2007, Ch.1) e Anderson (1995, Ch.6) apoiam este tipo de procedimento, defendendo que a competição de partidos coligados vai pesar na decisão dos eleitores. Mais concretamente, estes autores argumentam que, no caso de uma coligação, quando os eleitores estão descontentes com o partido incumbente, é mais provável mudarem o seu apoio para um partido da coligação do que para um da oposição, dado que a coligação sinaliza maior proximidade ideológica, daí que esses partidos vão mais de encontro às preferências partidárias desses eleitores.

2.1.2 Variáveis económicas explicativas

Brug *et al* (2007) explicitam que no estudo de funções-voto, as principais variáveis económicas utilizadas são o desemprego, a inflação e o crescimento real do produto. De acordo com estes autores, para além destas variáveis serem as que melhor reflectem o estado da Economia, as mesmas são publicadas num formato *standard* que permite a comparabilidade entre países, e, por esses motivos, são as mais utilizadas.

Contudo, é importante descrever a origem destas variáveis no estudo das funções-voto. Deste modo, Mueller (1970) usou a variação na taxa de desemprego como variável com que o eleitor avalia a performance do governo na economia. Segundo o autor, é razoável que o eleitor se deixe influenciar pela evolução do desemprego, onde os aumentos irão ser punidos enquanto as diminuições serão recompensadas. Por sua vez, Kramer (1971) defendeu que a obtenção de informação sobre o governo tais como as políticas tomadas, características da oposição, percentagem de lugares no governo, etc., tem custos associados. Assim, este autor assume que a teoria de Downs (1957), de que o eleitor usa toda a informação disponível, não é razoável, dado que é pouco provável que o eleitor se submeta a elevados custos para essa informação. Assim, Kramer (1971) defende que o eleitor vai tomar a sua decisão baseando-se em informações fáceis de obter, i.e., vai ter em conta os resultados recentes das políticas do governo. Assim, este autor utiliza como variáveis económicas a variação no desemprego, as taxas de crescimento do rendimento *per capita* real, e as variações no índice de preços.

Uma possível variável económica adicional é o grau de abertura da economia ao comércio internacional (Lewis-beck, pp.106 1988; Chappell e Veiga, 2000; Palmer e Whitten, 2002). A motivação do seu uso reside no grau de dependência de uma economia em relação à evolução do comércio externo. Assim, em economias mais abertas, o governo deverá ser menos responsabilizado pela conjuntura económica, pois essa evolução depende menos da sua acção. No entanto, os estudos, que analisaram esta possibilidade, não encontraram evidência empírica que dê suporte ao seu uso. Este grau de abertura pode ser medido como o total das exportações (Lewis-beck, pp.106 1988), ou a soma das importações e exportações (Chappell e Veiga, 2000), ambos sobre o PIB.

Brender e Drazen (2008) analisaram o impacto dos défices orçamentais na probabilidade de reeleição do partido incumbente quando não há alteração de primeiro-ministro. Estes autores concluíram que um relaxamento orçamental no ano de eleição é punido pelos eleitores.

2.1.3 Eleitores egotrópicos vs sociotrópicos

Na análise de funções-voto, quando se utiliza dados económicos agregados, está-se a assumir que o eleitor tem uma visão sociotrópica da economia, i.e., avalia a performance do governo através da evolução macroeconómica da economia usando, para isso, a sua percepção (ou dados macroeconómicos) da situação económica geral. Por sua vez, um eleitor exibe uma visão egotrópica quando, na sua avaliação da performance governamental, tem simplesmente em conta a evolução da sua situação económica individual, como por exemplo, diminuições no salário, medo de perder o emprego, etc.

Kinder e Kiewiet (1979), para o período 1956-1976, encontram forte evidência de que os eleitores americanos exibem uma apreciação sociotrópica da economia. Para além disso, estes autores não encontram evidência da existência de eleitores egotrópicos. Lewis-Beck (1988), analisando cinco países europeus³, chega a resultados semelhantes. Price e Sanders (1995), analisando o Reino Unido para período 1979-87, encontraram evidência da existência de efeitos egotrópicos e sociotrópicos, sendo estes últimos claramente mais fortes.

³ Nomeadamente, a França, Alemanha, Itália, Espanha e o Reino Unido.

Markus (1988) analisa este tema utilizando uma abordagem relativamente diferente. Enquanto os trabalhos anteriores analisavam a evolução da economia nacional através da apreciação subjectiva dos inquiridos sobre a evolução da mesma, Markus (1988) avalia a evolução da economia através de uma variável macroeconómica objectiva (como por exemplo, a variação no rendimento disponível *per capita*). O procedimento inovador de Markus (1988) permite evitar o possível enviesamento proveniente da subjectividade dos inquiridos na percepção do estado da economia nacional. Isto porque, numa análise estática, como foi o caso dos estudos referidos anteriormente, a situação macroeconómica do país é igual para todos os inquiridos, pelo que, as variações nas respostas estão relacionadas com diferentes percepções da economia que, por sua vez, podem depender da afiliação que têm com o partido no poder e, possivelmente, da própria situação económica pessoal (Nannestad e Paldam, 1997a; Jordahl, 2006). Deste modo, Markus (1988) encontrou evidência de que os eleitores americanos, para o período de 1956-1984, são ambos sociotrópicos e egotrópicos, sendo o primeiro efeito relativamente mais forte.

Posteriormente, foram realizados mais estudos que usaram uma abordagem semelhante à de Markus (1988). Para a Suécia, Jordahl (2006) encontrou resultados idênticos aos de Markus (1988). Para a Dinamarca, Nannestad e Paldam (1997a) encontram evidência de uma predominância de efeitos egotrópicos em detrimentos de sociotrópicos.

Fazendo o ponto da situação, os trabalhos realizados nesta temática têm encontrado, em média, predominância de efeitos sociotrópicos. Até ao momento, apenas na Dinamarca foram encontrados efeitos egotrópicos predominantes. Contudo, é preciso sublinhar que o facto de os eleitores evidenciarem um comportamento sociotrópico, não significa que são obrigatoriamente altruístas, mas que acreditam que os seus interesses são melhor servidos quando o colectivo prospera, ou então, têm menos tendência em culpabilizar o governo pela evolução da sua situação económica pessoal (Kinder e Kiewiet, 1979).

2.1.4 Eleitores retrospectivos vs prospectivos

Um dos pontos fulcrais no estudo de funções-voto é analisar se os eleitores fazem uma avaliação retrospectiva e/ou prospectiva da performance governamental. Diz-se que um eleitor exhibe uma avaliação retrospectiva quando, no momento da eleição, tem apenas em conta os

acontecimentos económicos passados. Por sua vez, a sua avaliação é prospectiva quando a sua avaliação é feita exclusivamente com base em expectativas futuras sobre o desempenho do governo.

Downs (1957) e Key (1966) foram os primeiros a defender a retrospectividade dos eleitores, onde a principal diferença entre ambos reside no uso do passado para formular expectativas futuras. Key (1966) defendeu que os eleitores têm apenas em conta a evolução passada da economia, i.e., são retrospectivos puros. Por sua vez, Downs (1957) vai mais longe ao assumir que para além dos acontecimentos passados, os eleitores também usam estes para formular expectativas em relação ao futuro – retrospectividade racional. Nas palavras deste autor, “o comportamento racional é impossível se não se fizer nenhuma previsão em relação ao futuro” Downs (1957, pp.106).

Os primeiros trabalhos que estudaram funções-voto assumiram a proposição de Downs (1957). No entanto, estes não possuíam dados para as expectativas das pessoas em relação ao futuro, defendendo apenas que se o governo tivesse tido uma performance positiva, os eleitores iriam formular expectativas positivas em relação ao seu desempenho futuro, e vice-versa (Kramer, 1971). Contudo, Kuklinski e West (1981) encontram evidência de que a evolução passada da economia exerce pouca influência na formulação das expectativas dos eleitores. Adicionalmente, Chappell e Keech (1985) encontram evidência de que as expectativas dos eleitores não são simples extrapolações do passado. Erickson *et al* (2000), estudando funções de popularidade para a presidência dos E.U.A., encontraram evidência de retrospectividade racional nos eleitores americanos, defendendo que estes são afectados pelas expectativas em relação ao futuro, e que estas têm em conta os acontecimentos passados.

Segundo o estado da arte, a evidência mostra uma predominância de eleitores retrospectivos (Lewis-Beck e Paldam, 2000), apesar de haver algumas excepções (Price e Sanders, 1995). Os resultados de Norpoth (1996), Veiga e Veiga (2004) e Fraile (2002), confirmam essa tendência para os E.U.A., Portugal e Espanha, respectivamente. Alesina *et al* (1993) e Hibbs (2000) encontram evidência de eleitores retrospectivos puros para os E.U.A.

O facto de a maioria dos estudos encontrar evidência de que os eleitores são mais retrospectivos que prospectivos, não significa, necessariamente, que estes são irracionais. Isto

pode ser interpretado como uma recompensa para os governos que desempenharam um bom trabalho e isso incentiva o governo eleito a fazer o melhor possível de modo a ser recompensado nas eleições.

Numa perspectiva mais completa, Brug *et al* (2007), analisando quinze países da União Europeia, concluem que é o contexto de cada eleição que define se os eleitores se comportam como retrospectivos ou prospectivos. Segundo estes autores, em países com maior estabilidade política, os eleitores tendem a ser retrospectivos. Por sua vez, em situações em que é mais difícil responsabilizar o governo, os eleitores tendem a apoiar-se nas promessas dos diferentes partidos, dando assim maior peso às expectativas na sua decisão de voto.

Associado à retrospectividade, um dos resultados mais consistentes na literatura das funções-voto é a miopia dos eleitores (Lewis-Beck e Paldam, 2000; Paldam, 2004), i.e., os eleitores formulam as suas decisões de voto tendo apenas em conta acontecimentos recentes (Fair, 1978; Nordhaus, 1989; Borooah e Borooah, 1990; Bloom e Price, 1975; Paldam e Nannestad, 2000). Contudo, Peltzman (1990) e Hibbs (2000) encontraram resultados ligeiramente diferentes.

2.1.5 Assimetria

A assimetria eleitoral consiste na maior sensibilidade dos eleitores a eventos económicos negativos do que a positivos. Key (1966), como pioneiro na teorização das funções-voto, defendeu que “as pessoas apenas votam contra, nunca a favor” (Key, 1966:60). No primeiro estudo de funções popularidade, Mueller (1970) encontrou, para os E.U.A., evidência de que os eleitores reagiam mais a eventos económicos negativos do que a positivos. Posteriormente, Bloom e Price (1975) confirmaram essa evidência. Segundo Jordan (1965), este tipo de acontecimentos está, de certa forma, relacionado com o funcionamento psicológico da mente humana.

Lewis-Beck (1988, Ch.2), analisando cinco países europeus, não encontrou evidência de efeitos assimétricos. No entanto, a sua análise possui algumas deficiências. Primeiro, a base de dados utilizada possui apenas três níveis de satisfação dos eleitores face ao governo, o que não transmite a opinião real do inquirido. Repare-se que, o sentimento de grande insatisfação foi quantificado de igual forma que o de simples insatisfação. Segundo defeito, a sua análise não

engloba variáveis económicas, o que pode distorcer a sensibilidade do inquirido face à conjuntura económica, pois a mesma evolução da economia, muito possivelmente, conduz a opiniões diferentes.

Nannestad e Paldam (1997b), analisando a Dinamarca, encontraram evidência da existência de assimetria na percepção económica dos eleitores. Num trabalho posterior, estes autores chamam à atenção que uma possível contribuição para este fenómeno é a maior ênfase que os meios de comunicação dão às más notícias, o que pode, em parte, explicar o facto de os dinamarqueses terem um sólido conhecimento de índices macroeconómicos apenas quando estes atingem valores negativamente alarmantes (Nannestad e Paldam, 2000). Para além disso, os seus resultados indicam que quando a assimetria é descartada da análise, os coeficientes obtidos são aproximadamente uma média das evoluções positivas e negativas, e, desse modo, os resultados dos estudos que descartam esta possibilidade não estão obrigatoriamente enviesados. Estes autores criticam o trabalho de Lewis-Beck (1988) na análise à existência de assimetria, defendendo que esse estudo não deve ser efectuado com dados *cross-section*, pois assim não é possível saber se os eleitores reagem mais a acontecimentos negativos do que a positivos, dado que a conjuntura nesse tipo de dados é estática.

Stevenson (2002) procura saber, para além do tipo de assimetria acima estudada, se à medida que aumenta a variação de um índice económico, maior é o seu impacto na decisão de voto dos eleitores. Para ambas as perguntas, os seus resultados falham em encontrar evidência de tais acontecimentos.

Lewis-Beck e Paldam (2000) argumentam que são poucos os estudos que encontraram evidência de funções-voto assimétricas, pelo que os cientistas políticos têm descartado a sua análise.

Brug *et al* (2007, Cap. 6) defendem que a exibição de assimetria depende da intensidade de apoio dos eleitores aos diferentes partidos. Mais concretamente, estes autores especificaram o grau de afiliação dos eleitores a um determinado partido numa escala de zero a dez, onde dez significa máxima afiliação possível, enquanto o zero significa o oposto. Desta forma, os autores demonstram que os apoiantes que não sejam muito afiliados ao seu partido e/ou que também se identifiquem com outros partidos, o seu apoio eleitoral é mais sensível à conjuntura económica; por outro lado, apoiantes que não se identifiquem muito fortemente com outros partidos e/ou que se reconheçam fortemente com o partido

que apoiam, muito dificilmente mudarão o seu apoio partidário, o que se traduz numa menor sensibilidade à evolução da conjuntura económica.

2.1.6 Custo de governar

Uma das descobertas mais consistentes no estudo de funções-voto é o custo de governar (Paldam, 2004), i.e., com o decorrer do tempo, o governo vai perdendo votos. Até ao momento surgiram quatro teorias que procuram explicar este fenómeno. As duas primeiras foram propostas por Mueller (1970). Segundo este autor, à medida que o governo vai tomando medidas políticas, alguns apoiantes vão sendo alienados, o que se traduz numa tendência de diminuição do apoio eleitoral. Como efeito complementar, o autor argumenta ainda que os políticos tendem a prometer sempre mais do que aquilo que é possível cumprir. Assim, com o decorrer do tempo, os apoiantes apercebem-se da incapacidade do governo em cumprir as suas promessas, e, por esse motivo, o seu apoio deteriora-se gradualmente.

Paldam e Scott (1995) tentam explicar o custo de governar com uma teoria onde o eleitor mediano assume um papel crucial no resultado eleitoral. Estes autores exploram o modelo do eleitor mediano, onde introduzem um *gap* nas intenções políticas dos dois partidos candidatos ao poder, assumindo que estes nunca terão os mesmos objectivos⁴. Assumindo que os restantes eleitores estão igualmente distribuídos pelos dois partidos, vai ser o eleitor mediano que vai determinar o vencedor da eleição, votando no partido cujas políticas são mais próximas das suas preferências. No entanto, a partir do momento que um partido é eleito, o governo desviará as políticas económicas para os seus objectivos partidários. Assim, de eleição para eleição, o eleitor mediano irá votar no partido oposto, de modo a conseguir que as políticas implementadas sejam as mais próximas possíveis das suas preferências.

Nannestad e Paldam (1997b), baseando-se na assimetria dos eleitores, criam uma teoria para o custo de governar. Segundo estes autores, durante o mandato de um governo, a conjuntura económica de um país apresenta alguma volatilidade. Assim, se os eleitores são assimétricos, então as variações negativas vão ter mais influência que as positivas, o que se traduzirá numa diminuição do apoio eleitoral com o decorrer do tempo. Deste modo, mesmo que as variações positivas sejam, em termos absolutos, maiores que as negativas, o efeito líquido

⁴ Se os partidos optassem por assumirem as mesmas políticas, deixaria de haver incentivo para os eleitores votarem, pois as medidas tomadas no futuro não dependeriam do vencedor da eleição.

será uma perda de votos (a não ser que se tenha verificado uma melhoria excepcional nas condições económicas).

2.1.7 Instabilidade das funções-voto

Desde cedo, os investigadores de funções-voto têm encontrado dificuldade em comprovar a sua existência das mesmas (Paldam, 1991). Como são vários os factores a condicionar o resultado eleitoral, os modelos especificados não incorporam toda a informação relevante (Anderson, 1995 Cap. 3). Para além disso, os critérios de avaliação dos eleitores adaptam-se com o decorrer do tempo, o que se traduz numa evolução permanente destas funções (Anderson, 1995 Cap. 3). Por outro lado, há factores que são difíceis de controlar ou quantificar, e que afectam a percepção dos eleitores, como por exemplo o tempo de campanha (Stevenson e Vavreck, 2000), promessas eleitorais (Lewis-beck, 1988 Cap. 8), grau de afiliação partidária (Brug *et al*, 2007 Cap. 1), alterações no sistema eleitoral, etc. Adicionalmente, a importância de cada variável económica pode variar de eleição para eleição, o que significa que o período temporal escolhido condiciona os resultados obtidos (Lewis-beck, 1988 Cap. 6).

Quando se analisa um conjunto de países em simultâneo, a heterogeneidade institucional dificulta ainda mais esta tarefa. Por exemplo, Anderson (1995, Cap. 6) encontra resultados muito diferentes para cinco países da amostra utilizada neste trabalho⁵. Brug *et al* (2007, Cap. 1) denotam a variação das coligações e sua estabilidade como grandes contribuintes para esta instabilidade. Por vezes, há países, como a Bélgica, onde a instabilidade política é constante, o que dificulta a obtenção de resultados significativos.

2.1.8 Estudos de funções-voto para um conjunto alargado de países

Paldam (1991) estudou 17 democracias desenvolvidas (Austrália, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Irlanda, Finlândia, França, Alemanha, Holanda, Itália, Japão, Nova Zelândia, Noruega, Áustria, Suécia, Reino Unido e os Estados Unidos) para o período 1948-1985, o que totaliza 197 eleições. Este autor utilizou como variável dependente a variação na percentagem de votos do governo entre eleições, e como variáveis independentes, o desemprego, o crescimento real do PIB e a inflação (com diferentes desfasamentos). Os resultados, ou não são

⁵ Nomeadamente, Alemanha, Dinamarca, França, Holanda e Reino Unido.

significantes, ou explicam muito pouco. Paldam (1991) desagregou ainda a amostra em países com governos mais estáveis e menos estáveis. Os resultados indicam que governos mais estáveis são mais responsabilizados por um mau desempenho económico. O autor encontra ainda evidência para o custo de governar.

Powell e Whitten (1993) analisaram 19 países desenvolvidos para o período 1960-1988, totalizando 102 eleições. Numa primeira análise, os autores replicaram o trabalho de Paldam (1991), mas não conseguiram obter qualquer melhoria significativa. Numa segunda abordagem, Powell e Whitten (1993) criaram um índice de clareza política para cada país, onde maiores valores significam maior dificuldade em responsabilizar o governo pela evolução da economia do seu país. Este índice é criado com base na estrutura do governo nomeadamente, na existência de coligações, situações de maioria/minoria e na existência de senados com maioria da oposição. Powell e Whitten (1993) utilizaram ainda medidas relativas dos índices económicos (calcularam o desvio de cada índice em relação à média da amostra) argumentando que os eleitores ao avaliar a situação do seu país têm em conta a situação dos países circundantes, isto porque uma inflação de 8% é aceitável quando nos restantes países este valor é de 15%; no entanto, se os países vizinhos presenciarem uma inflação 3%, muito provavelmente a massa eleitoral irá penalizar o governo por um valor de 8%. As principais conclusões dos autores são que em democracias com maior clareza política, a inflação, o desemprego e o crescimento do PIB, afectam a percentagem de votos do governo⁶; contudo, para países onde a responsabilidade é menos clara, nenhuma destas variáveis é significativa. Para além disso, o uso de medidas relativas produz melhores resultados.

Chappell e Veiga (2000) analisando 13 países da Europa Ocidental para o período 1960-1998. Estes autores utilizaram medidas relativas defendendo que se os países forem atingidos por choques externos similares, através desta especificação é possível evitar o enviesamento provocado por estes choques na economia, dado que o eleitor irá ter em conta a evolução económica dos países vizinhos. Nos seus resultados, o indicador económico mais significativo foi a inflação, concluindo-se que o governo é punido por aumentos desta. Quanto às variáveis de responsabilização, apenas o tempo no poder e a percentagem de votos da eleição anterior são

⁶ Para governos de direita, a inflação apresenta um efeito negativo e significativo. Para governos de esquerda o efeito é não significativo e apresenta sinal positivo.

significativas e negativamente sinalizadas. Por último, os autores expandiram a sua base de dados desagregando a percentagem de votos do governo por cada partido que o constitui. No entanto, esta especificação não trouxe nenhuma mais-valia.

Brender e Drazen (2008) estudaram o impacto dos défices na probabilidade de reeleição do candidato líder para uma amostra de 74 países para o período 1960-2003, o que resulta em 347 eleições. Para os países desenvolvidos, os autores concluem que agravamentos nos défices no ano da eleição e cortes nos impostos, diminuem a probabilidade de reeleição do líder. Os autores tentam ainda averiguar o efeito do crescimento real do PIB; no entanto, para os países desenvolvidos não encontraram resultados estatisticamente significativos para o efeito desta variável.

2.2 União Europeia – O processo de integração Europeu

Em Artis e Nixon (2001), e em Grauwe (2003), pode-se encontrar uma descrição detalhada da formação e evolução da União Europeia (UE), e os seus impactos políticos e económicos nos países que a constituem. Nos subcapítulos seguintes faz-se uma síntese dos principais factos e acontecimentos.

2.2.1 Comunidade Europeia do Carvão e do Aço

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a reconciliação entre a Alemanha e a França era algo indispensável para o futuro da Europa. Para além disso, a cooperação económica entre países europeus era essencial para fazer frente num Mundo dominado por duas superpotências. Em Abril de 1951 teve lugar o Tratado de Paris que deu origem à liberalização do mercado do carvão e do aço, através da criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). A CECA foi o ponto de partida para a criação de uma comunidade através da integração supranacional albergando seis países: Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e a Holanda. Esta cooperação tinha por base três objectivos. Primeiro, criar um mercado único para os principais sectores daquele tempo, provisionar mecanismos para lidar com falhas ou abundância de matéria, suprimir subsídios estatais discriminatórios e unificar a política comercial externa. Segundo, provisionar os mecanismos que assegurassem a paz entre a Alemanha e a França. Cada membro desta comunidade não podia produzir material bélico sem o conhecimento e permissão dos restantes membros. Terceiro, criar entidades centrais supranacionais.

2.2.2 Comunidade Económica Europeia

Através da estrutura desenvolvida pela CECA, em 27 de Março de 1957 teve lugar o Tratado de Roma, onde foi criada a Comunidade Económica Europeia (CEE). A CEE tinha como objectivo suprimir os direitos aduaneiros cobrados sobre as trocas comerciais realizadas entre os seus Estados-Membros. Para tal, acordou-se um período transitório de 12 anos no qual deveriam desaparecer totalmente as barreiras alfandegárias. Para além disso, estabeleceu-se a Política Agrícola Comum que deu origem à livre circulação dos produtos agrícolas dentro da CEE, assim como a adopção de políticas proteccionistas que permitiram aos agricultores europeus evitar a concorrência de produtos oriundos de outros países não pertencente à Comunidade. Com a CEE foram criadas cinco instituições de grande relevo: Comissão Europeia, Conselho Europeu, Parlamento Europeu, Tribunal de Justiça da União Europeia e o Comité Económico e Social Europeu.

2.2.3 As décadas de 60 e 70

A 8 de Abril de 1965, teve lugar o Tratado de Bruxelas que estabelecia a união das três comunidades europeias - a Comunidade Económica Europeia (CEE), a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) e a Comissão Europeia da Energia Atómica (Euratom) - num conselho único e numa comissão única. O tratado instituiu o Conselho das Comunidades Europeias e a Comissão Europeia, com orçamento unificado e sede em Bruxelas.

A em 1 de Janeiro de 1973, a Dinamarca, a Irlanda e o Reino Unido aderem à CEE, elevando assim o número de Estados-Membros para nove. A queda do regime de Salazar em Portugal em 1974, e a morte do General Franco em Espanha em 1975, põem fim às últimas ditaduras de direita na Europa Ocidental. No âmbito da política regional da CEE, começam a ser atribuídas elevadas verbas para fomentar a criação de empregos e de infra-estruturas nas regiões mais pobres. O Parlamento Europeu aumenta a sua influência na CEE e, em 1979, os cidadãos passam, pela primeira vez, a poder eleger directamente os seus deputados.

Em 1981 a Grécia junta-se à comunidade, elevando o número de Estados-Membros para dez.

2.2.4 Acto Único Europeu

O Acto Único Europeu (AUE) foi assinado em Fevereiro de 1986, tendo entrado em vigor a 1 de Julho de 1987. Com este tratado pretendia-se eliminar os entraves que se opunham ao livre fluxo de comércio na UE, criando assim um “Mercado Único”. O crescimento económico dos Estados-Membros nos anos 80 estava bastante abaixo do dos seus competidores globais. Assim, de modo a aumentar a competitividade económica, era clara a necessidade de eliminar as fronteiras internas técnicas e físicas que se colocavam à livre circulação dos cidadãos e das mercadorias. Os anos precedentes mostraram a importância de convergir as políticas externas dos Estados-Membros numa política externa comum. Com o AUE foram feitas revisões às competências da CEE e aos tratados anteriores, consagrando-se o regresso ao voto maioritário no Conselho Europeu.

Também foi acordado, em 1986, a integração da Espanha e de Portugal na comunidade, de modo a fortalecer estas novas democracias que estavam relativamente menos desenvolvidas. Deste modo, o número de estados-membros aumentou para doze.

Com a necessidade de integração reavivada pelo AUE, a criação de uma União Económica e Monetária (UEM) foi reconsiderada. Em 1988 o Conselho Europeu estabeleceu um comité liderado por Jacques Delors para estudar a sustentabilidade da criação de uma UEM. Esse relatório apresentou resultados favoráveis, e as posteriores discussões sobre esse tema culminaram com o Tratado da União Europeia.

2.2.5 Tratado da União Europeia

Em Dezembro de 1991, foi assinado o Tratado da União Europeia (TUE), também conhecido como o Tratado de Maastricht (TM). Este tratado foi um marco significativo no processo de unificação europeia, fixando que à integração económica até então existente entre diversos países europeus, se somaria uma unificação monetária. Um dos seus resultados mais evidentes foi a substituição da denominação Comunidade Económica Europeia pelo termo actual União Europeia (UE). Apesar de ter sido impulsionado primeiramente pela criação da UEM, rapidamente englobou outros desafios como por exemplo o colapso do comunismo na Europa do Leste. Com a libertação de novos países do regime comunista, as candidaturas à entrada na União deveriam aumentar consideravelmente, e seria necessário criar as condições para as potenciais novas entradas. Para além disso, a queda do Muro de Berlim trouxe receio a alguns

Estados-Membros do aumento do poder alemão, especialmente na França, e o aumento de integração supranacional era uma solução para este problema.

O TUE era um documento bastante complexo que fazia várias rectificações aos tratados anteriores. Este pode ser dividido em três pilares. O primeiro trata de sectores económicos incluídos nos tratados anteriores (agricultura, ambiente, saúde, educação, energia, investigação e desenvolvimento). O segundo trata de assuntos de política externa e de segurança comum. Por último, o terceiro diz respeito a assuntos de cooperação policial e judiciária em matéria penal.

Relativamente à UEM, foi acordado no TUE a criação de uma união monetária até ao final da década. Para tal, foram criados critérios de convergência em que os países interessados em ingressar nesta união monetária deveriam respeitar:

- A inflação de cada país não poderia ser superior em 1,5 p.p. relativamente à média dos três membros da UE com a menor inflação durante um período de dois anos antes do juízo final;

- Neste período, as taxas de juro de longo prazo não podiam ser superiores em 2 p.p. relativamente aos mesmos três membros da UE;

- Durante o mesmo período, os membros deveriam aderir ao Mecanismo Europeu de Taxas de Câmbio, e as suas taxas de câmbio deveriam estar dentro dos limites pré-acordados, estando impedidos efectuar manipulações cambiais;

- O défice de cada país não poderia ultrapassar os 3% e a dívida pública não poderia superar os 60%, ambos em percentagem do seu Produto Interno Bruto (PIB);

- Cada membro deveria ter um Banco Central independente.

Assim, a criação da UEM processou-se em três fases:

- 1.^a fase (de 1 de Julho de 1990 a 31 de Dezembro de 1993): livre circulação de capitais entre os Estados Membros, reforço da coordenação das políticas económicas e intensificação da cooperação entre os bancos centrais;
- 2.^a fase (de 1 de Janeiro de 1994 a 31 de Dezembro de 1998): convergência das políticas económicas e monetárias dos Estados Membros (com vista a assegurar a estabilidade dos preços e uma situação saudável nas finanças públicas), bem como

criação do Instituto Monetário Europeu e, posteriormente, do Banco Central Europeu (BCE) em 1998;

- 3.^a fase (desde 1 de Janeiro de 1999): fixação irrevogável das taxas de câmbio e introdução da moeda única nos mercados cambiais e nos pagamentos electrónicos; introdução do euro fiduciário.

Em 1995, a Finlândia, Áustria e Suécia, juntaram-se à UE elevando o número de Estados-Membros para 15.

2.2.6 Tratado de Amesterdão

O Tratado de Amesterdão (TA) foi adoptado no Conselho Europeu de Amesterdão (16 e 17 de Junho de 1997). O principal contributo deste tratado é a introdução do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) que visava garantir a continuidade do esforço na disciplina orçamental dos membros da UEM após a introdução da moeda única. Assim, este pacto veio reforçar duas medidas dos Critérios de Maastricht, estabelecendo a obrigação de as cumprir após a adesão à moeda única: o défice de cada país não poderia ultrapassar os 3% e a dívida pública não poderia superar os 60%, ambos em relação ao seu PIB. Deste modo, foi contemplado o acompanhamento da situação fiscal de cada membro da UEM, e em caso de incumprimento seriam propostas medidas podendo, em último recurso, aplicar-se sanções caso a situação não fosse corrigida.

A 1 de Janeiro de 1999 entrou em vigor o Euro para a Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda e Portugal. Em 2001 também se registou a adesão da Grécia. É de notar que houve algum relaxamento nos critérios de adesão para alguns países, especialmente nos valores da dívida pública excessivamente elevados. Em 2002 o Euro passou a entrar em circulação nas mãos das pessoas.

Até à actualidade, com o alargamento da EU para 27 países, mais cinco dos novos Estados-Membros aderiram à moeda única.

2.2.7 União Europeia – motivação de estudo

Desde a formação da CECA até à UE actual, houve uma progressiva delegação de poderes a entidades supranacionais. Uma das mais expressivas delegações ocorreu com a adesão ao Euro, onde os países da Eurozona cederam o controlo na política monetária ao Banco

Central Europeu (BCE). Para além disso, as finanças públicas passam a ser alvo de maior escrutínio dado que devem obedecer aos valores presentes no PEC. Deste modo, a capacidade de cada governo influenciar a economia do seu país ficou reduzida. Ganhos de produtividade artificiais através de desvalorizações cambiais pontuais deixaram de existir. Se as contas públicas estiverem próximas dos limites do PEC, a capacidade do governo implementar medidas para estabilizar a economia fica mais reduzida. Em situações de abrandamento económico, esta falta de ferramentas de acção pode ter repercussões graves no crescimento económico. Para além disso, quando esse abrandamento de um país é assimétrico, muito provavelmente esse país vai ter mais dificuldade em recuperar o crescimento face aos seus países vizinhos.

Por outro lado, a existência de uma moeda única suprimiu o risco cambial entre os países da UEM e fortaleceu as posições dos seus membros no mercado financeiro Mundial. Como a política monetária foi delegada para o BCE cujo principal objectivo é estabilização da inflação para níveis baixos, os países que no passado tiveram problemas com moderadas taxas de inflação persistentes, deixam de sofrer desse problema.

Um dos objectivos deste estudo é averiguar se o eleitor tem em conta estas alterações institucionais na sua decisão de voto, i.e., será que a responsabilização que atribuí ao governo foi alterada resultado da delegação de poderes e de uma maior integração europeia? Será que com a integração europeia, existe maior evidência de uma função-voto para os países da Europa Ocidental?

Na secção seguinte apresenta-se a metodologia que vai tentar dar resposta a estas perguntas.

3. Base de dados

A base de dados construída contém dados trimestrais para o período de 1960 2008 para os primeiros 15 países da UE (Áustria, Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Portugal, Suécia, e Reino Unido). Da OCDE⁷, retirou-se dados trimestrais sobre a inflação homóloga, saldo orçamental governamental, desemprego harmonizado e o crescimento real do produto interno bruto (PIB). Da base de dados

⁷ <http://www.oecd.org/home>

da AMECO⁸, retirou-se o saldo governamental ajustado ao ciclo. Como os dados para o saldo orçamental têm uma periodicidade anual, foi necessário realizar uma interpolação linear de modo a gerar dados trimestrais. Todas as variáveis económicas foram especificadas como médias das variações dos quatro últimos trimestres, incluindo o trimestre da eleição. Na Tabela 1 estão presentes as estatísticas descritivas das variáveis.

Relativamente aos dados políticos, utilizou-se a *Database of Political Institutions*⁹, *Delegation and Accountability in Parliamentary Democracies*, *Parline Database on national parliament*¹⁰ e *Parties and elections in Europe*¹¹. Na Tabela 2, estão presentes a periodicidade dos dados eleitorais por país e a trimestre da primeira observação para os dados económicos.

Para a realização deste trabalho, utilizou-se o software estatístico Eviews 5.

4. Modelo empírico

O modelo a estimar baseia-se, em parte, no trabalho desenvolvido por Chappell e Veiga (2000), onde estes autores analisaram o impacto de algumas variáveis económicas e políticas, na variação da percentagem de votos do governo. Mais concretamente, estes autores utilizaram dois vectores, um que representa um conjunto de variáveis económicas, e outro que representa um conjunto de variáveis políticas que influenciam o grau de responsabilização que os eleitores atribuem ao governo pela performance económica. Contudo, numa análise posterior, estes autores interagem estes dois vectores, algo que não é feito nesta Tese, dado que a dimensão da base de dados utilizada não permite a incorporação de um número considerável de variáveis explicativas, o que resultaria numa perda significativa de graus de liberdade¹². Assim, o modelo estimado foi especificado da seguinte forma:

$$\Delta V_{it} = R(w_{it}) + E(x_{it}) + e_{it} \quad (1)$$

Na equação (1), ΔV_{it} é a nossa variável dependente e representa a variação, de eleição para eleição, na percentagem de votos do governo. Como especificação adicional, seguindo o trabalho de Wilkin *et al* (1997), também se vai utilizar como variável dependente a variação na

⁸ http://ec.europa.eu/economy_finance/ameco/user/serie/SelectSerie.cfm

⁹ <http://go.worldbank.org/2EAGGLRZ40>

¹⁰ <http://www.ipu.org/parline/parlinesearch.asp>

¹¹ <http://www.parties-and-elections.de>

¹² Para além disso, no trabalho de Chappell e Veiga (2000), a interacção dos vectores não trouxe nenhuma melhoria aos resultados obtidos.

percentagem de votos do maior partido do governo (ΔP_{it}). A função $R(w_{it})$ representa a responsabilidade do governo pela sua performance, onde R dependerá de variáveis políticas de responsabilidade incluídas no vector w_{it} . A função $E(x_{it})$ representa o desempenho económico como função de indicadores económicos contidos no vector x_{it} . Por último, o termo e_{it} representa o termo de erro do modelo.

4.1 Variáveis económicas

Todas as variáveis económicas utilizadas são especificadas como médias das variações dos quatro últimos trimestres incluindo o trimestre da eleição (Chappell e Veiga, 2000; Powell e Whitten, 1993; Whitten e Palmer, 1999). Com este procedimento, assume-se que os eleitores são míopes, sociotrópicos e retrospectivos, o que vai de acordo com a *mainstream* da literatura das funções-voto.

No vector x_{it} temos como variáveis explicativas a taxa de crescimento real do PIB (\dot{Y}_{it}), a variação média trimestral da taxa harmonizada do desemprego¹³ (ΔU_{it}), a variação na taxa de inflação homóloga (ΔI_{it}) e a variação no défice orçamental (ΔD_{it}). A escolha destas variáveis segue a mesma motivação dos restantes trabalhos sobre funções-voto. Deste modo, o crescimento real do PIB mostra como a economia de um país está a evoluir, e isso repercute-se, de certa forma, na qualidade de vida das pessoas. O uso desta variável deve ser feito usando medidas reais de modo a não englobar valores inflacionários que não traduzam o estado real da economia. Assim, é de esperar que quanto maior for o crescimento real da economia, maior é a satisfação dos eleitores em relação ao governo.

A taxa de desemprego assume, por norma, um papel fulcral na literatura das funções-voto. Por um lado, as famílias que viram um dos seus membros ficar desempregado têm fortes motivos para estarem desagradados com a performance do governo. Por outro lado, o aumento da taxa de desemprego fomenta o medo de os eleitores perderem o seu emprego, o que também não ajuda a transmitir uma boa imagem do governo. Para além disso, quanto maior for o número de desempregados, maior é a distância entre o crescimento económico actual com o potencial, o que se traduz num maior desaproveitamento dos recursos da economia. Assim, é de

¹³ O uso da taxa de desemprego harmonizada em detrimento da taxa de desemprego *standard*, prende-se com o facto de que a primeira cobrir um período temporal mais alargado, o que se traduz num maior número de observações utilizadas na análise. Como vantagem adicional, a taxa de desemprego harmonizada é feita tendo em conta outras fontes estatísticas de modo a retratar o melhor possível a realidade.

esperar que aumentos na taxa de desemprego sejam punidos pelos eleitores, o que vai de acordo com a evidência encontrada na literatura das funções-voto (Paldam, 2004).

Uma inflação positiva implica perda de poder de compra e desvalorização das poupanças monetárias dos eleitores. Assim, é de esperar que o governo seja punido por aumentos na taxa de inflação (Chappell e Veiga, 2000).

Por último, a existência de défices orçamentais leva ao aumento dos encargos futuros de um país. Assim, os eleitores podem punir o governo pela diminuição dos rendimentos futuros, dado que os défices se traduzirão em dívida pública que terá que ser paga num período futuro. Por outro lado, os eleitores quando confrontados com um aumento do rendimento disponível (por exemplo, através de um aumento da despesa pública), podem ficar agradados com essa situação e, dado que por norma são agentes míopes, podem descartar o aumento de encargos futuros, pelo que poderão apoiar o governo por uma deterioração das contas públicas. Segundo Brender e Drazen (2008), para os países desenvolvidos, no ano de eleição, o primeiro efeito é mais forte que o segundo.

4.2 Variáveis políticas

Relativamente às variáveis políticas, tem-se no vector w_{it} a percentagem de votos do governo eleição anterior (V_{it-1}), o número de trimestres que o partido líder permanece líder ($trim_{it}$)¹⁴, uma variável *dummy* para coligações ($coal_{it}$), e uma variável *dummy* para situações de maioria governamental (maj_{it}). Na literatura das funções-voto, existe forte evidência de que quanto maior for a percentagem de votos do governo, maior é a probabilidade de este perder votos, dado que quanto maior é o número de apoiantes, maior é a alienação proveniente da actuação do governo. Outro resultado consistente é o desgaste da imagem do governo com o decorrer do tempo, i.e., quando maior for o mandato, maior é a probabilidade do governo perder apoiantes. Relativamente às duas últimas variáveis, estas estão mais relacionadas com a transparência governamental, i.e., governos que sejam constituídos por coligações, ou governos de minoria, são menos responsabilizados pela performance económica do seu país, pois é mais

¹⁴ Esta variável representa o tempo que o governo permanece no poder. No entanto, como durante um mandato é possível haver alterações na composição do governo, assume-se que enquanto o partido líder for o mesmo, esta variável contabiliza o número de trimestres decorridos desde que este tomou posse.

difícil atribuir a culpa a cada um dos partidos, dado que as suas acções políticas estão condicionadas à acção de outros partidos (Powell e Whitten, 1993).

Quando se utilizar como variável dependente a variação na percentagem de votos do partido líder (Wilkin *et al*, 1997), no vector w_{it} , em vez de se utilizar a variável V_{it-1} , vamos ter a variável P_{it-1} que representa a percentagem de votos do partido líder na eleição anterior.

5. Estimação empírica

O tipo de modelo que se pretende analisar neste trabalho, geralmente, é estimado pelo método dos mínimos quadrados ordinários com efeitos fixos¹⁵ (Chappell e Veiga, 2000). No entanto, a nossa variável dependente (ΔV_{it}), que representa a variação na percentagem de votos do governo, está limitada pelo conjunto de valores compreendidos no intervalo $[-100; 100[$. Repare-se que no limite, o governo tinha obtido a totalidade dos votos e, na eleição seguinte, perde por completo o apoio eleitoral; na situação contrária, o governo tinha obtido, na eleição anterior, uma percentagem de votos muito próxima de zero e, na eleição seguinte, obtém a totalidade dos votos eleitorais¹⁶. Contudo, este limite não é respeitado para valores extremos quando se aplica uma regressão pelo método dos mínimos quadrados ordinários (MQO)¹⁷. Aguiar-Conraria e Magalhães (2010) propõem uma solução para este problema. A variável dependente destes autores (\bar{P}) varia entre zero e um, pelo que efectuaram uma transformação logística de modo a esta poder variar entre valores extremos:

$$0 < \bar{P} < 1 \Rightarrow -\infty < \log\left(\frac{\bar{P}}{1-\bar{P}}\right) < +\infty(2)$$

Contudo, à partida esta transformação não é aplicável ao nosso modelo, dado que a nossa variável dependente pode assumir valores negativos, o que torna impossível aplicação do logaritmo. No entanto, especificando a percentagem de votos obtida como valores entre zero e um, em vez de zero e cem, e aplicando alguma álgebra ao modelo que pretendemos estimar, torna possível a aplicação desta transformação ao nosso modelo:

¹⁵ Greene (2008).

¹⁶ Repare-se que, é possível que um governo, que obteve cem por cento dos votos, perde-os completamente na eleição seguinte, daí o intervalo ser fechado para o menos cem. Pelo contrário, é impossível um governo ganhar cem por cento dos votos na eleição seguinte, dado que para este ter sido nomeado governo na eleição anterior, teve que obter pelo menos dois votos (assumindo que os restantes partidos obtêm um voto), pelo que o intervalo nos cem positivos é aberto.

¹⁷ O uso de efeitos fixos (Greene, 2008), que na prática consiste em utilizar na regressão uma variável *dummy* para n-1 países, não corrige este problema em lidar com os valores extremos.

$$\Delta V_{it} = R(w_{it}) + E(x_{it}) + e_{it} \quad \Leftrightarrow \quad (3)$$

$$\Leftrightarrow (V_{it} - V_{it-1}) = \alpha V_{it-1} + \beta X_{it} + \epsilon_{it} \quad \Leftrightarrow \quad (4)$$

$$\Leftrightarrow V_{it} = (1 + \alpha)V_{it-1} + \beta X_{it} + \epsilon_{it} \quad (5)$$

Repare-se que os modelos das eq. (3) e (5) são equivalentes, e a variável dependente V_{it} está compreendida entre valores de zero e um, onde um corresponde à obtenção da totalidade dos votos numa eleição, enquanto o zero representa a situação contrária. Deste modo, podemos aplicar a transformação logística à nossa variável dependente, o faz com que o modelo a estimar seja:

$$\log\left(\frac{V_{it}}{1-V_{it}}\right) = (1 + \alpha)V_{it-1} + \beta X_{it} + \epsilon_{it} \quad \Leftrightarrow \quad (6)$$

$$\Leftrightarrow Gov_{it} = \gamma Z_{it} + \epsilon_{it} \quad (7)$$

Neste modelo, ao contrário do que aconteceria com a especificação da equação (1), a interpretação dos coeficientes estimados não é directa, dado que estes não avaliam directamente o seu impacto marginal na variável Gov_{it} . No entanto, através de alguma álgebra, é possível obter o seu efeito directo:

$$Gov_{it} - \gamma Z_{it} - \epsilon_{it} = 0 \quad \Leftrightarrow \quad \log\left(\frac{V_{it}}{1-V_{it}}\right) - \gamma Z_{it} - \epsilon_{it} = 0 \quad \Leftrightarrow \quad F(Y) = 0 \quad (8)$$

$$\frac{\delta V_{it}}{\delta \gamma} = -\frac{\frac{\delta F(Y)}{\delta \gamma}}{\frac{\delta F(Y)}{\delta V_{it}}} = \gamma(1 - \bar{V})\bar{V} \quad (9)$$

Desta forma, a nossa variável dependente vai ser Gov_{it} . Quando estivermos a analisar a percentagem de votos do maior partido no governo, em vez de utilizar as variáveis V_{it} e V_{it-1} , vamos utilizar P_{it} e P_{it-1} , pelo que a nossa variável logística vai ser definida como:

$$Part_{it} = \log\left(\frac{P_{it}}{1-P_{it}}\right) = \theta W_{it} + \epsilon_{it} \quad (10)^{18}$$

5.1 Métodos dos mínimos quadrados ordinários

¹⁸ A diferença da matriz W para a matriz Z , é que em vez de se ter V_{it-1} , tem-se P_{it-1} .

Numa primeira abordagem, efectuou-se uma estimação pelo método dos MQO. Assim, apresenta-se os resultados das estimações dos modelos (7) e (10) nas colunas (1) e (2), respectivamente. Em ambas as estimações, realizou-se testes de White (Greene, 2008) de modo a averiguar a possível existência de heterocedasticidade, pelo que não se encontrou evidência de tal acontecimento. De modo a facilitar a interpretação dos resultados, para os coeficientes onde se obteve significância estatística de pelo menos 10%, são apresentados os efeitos marginais directos que essas variáveis independentes exercem na variável explicada, usando para isso a equação (9).

Tabela 3

| Colunas | MQO | | | |
|--------------------|--------------------------------|-----------|---------------------------------|-----------|
| | 1 | | 2 | |
| Variáveis | Coef. | Ef. Marg. | Coef. | Ef. Marg. |
| V_{it-1} | 0.0290 ^a (0.004) | 0.007 | | |
| P_{it-1} | | | 0.0349 ^a (0.004) | 0.007 |
| Y_{it} | 0.0722 (0.064) | | 0.1678 ^a (0.059) | 0.036 |
| ΔI_{it} | -0.0299 (0.021) | | -0.0019 (0.020) | |
| ΔU_{it} | -0.0148 (0.174) | | -0.2201 (0.163) | |
| ΔD_{it} | 0.0892 (0.091) | | -0.0274 (0.085) | |
| $coal_{it}$ | 0.0522 (0.074) | | -0.1944 ^b (0.085) | -0.042 |
| $trim_{it}$ | -8.15E-05 (0.001) | | -0.0004 (0.001) | |
| maj_{it} | 0.010620 (0.078) | | -0.0109 (0.069) | |
| $const$ | -1.710 ^a | | -1.936 ^a | |
| Obs. | 97 | | 96 | |
| R ² Aj. | 0.470855 | | 0.652054 | |

^a $p < 0.01$ ^b $p < 0.05$ ^c $p < 0.10$
^dDesvios padrão entre parênteses.

Analisando os resultados da coluna (1) da Tabela 3, verifica-se que a sinalização das variáveis económicas vai de acordo com o esperado. No entanto, nenhuma é estatisticamente significativa. Relativamente às variáveis políticas, apenas a variável V_{it-1} é estatisticamente significativa. Analisando os resultados da coluna (2) da mesma tabela, verifica-se que crescimento real do produto afecta positivamente a percentagem de votos atribuída ao partido

líder. Mais concretamente, quando a variação trimestral média do produto real aumenta 1p.p., estima-se que, em média, a votação do partido líder aumenta 3,6p.p., *ceteris paribus*. As restantes variáveis económicas não são estatisticamente significativas. Relativamente às variáveis políticas, apenas P_{it-1} e $coal_{it}$ são estatisticamente significativas, pelo que os resultados indicam que o partido líder ao entrar numa coligação governamental, a sua percentagem de votos diminui, em média, 4,2p.p, *ceteris paribus*. Este resultado vai de acordo com o trabalho de Brug *et al* (2007, Cap. 1), onde defendem que os apoiantes do partido líder, ao não estarem totalmente satisfeitos com a actuação do seu partido, é mais provável mudarem o seu apoio para um partido de ideologia semelhante, especialmente um que faça parte da mesma coligação, pois isso sinaliza uma maior proximidade política.

Com estas quatro estimações realizadas, não se encontra evidência empírica que sustente uma influência significativa das variáveis económicas nos resultados eleitorais.

5.3 Métodos dos mínimos quadrados ordinários – Efeitos fixos

Uma das possíveis causas para os fracos resultados empíricos obtidos nas estimações da tabela 3, pode ser a existência de factores próprios a cada país que condicionem os resultados das suas eleições. De modo a controlar para este tipo de efeitos, procedeu-se uma estimação pelo método econométrico MQO-EF. Nesta técnica empírica, adiciona-se catorze variáveis *dummy* que identificam cada país presente na base de dados¹⁹. Assim, na tabela 4 apresenta-se os resultados das estimações dos modelos (7) e (10) nas colunas (1) e (2), respectivamente.

Analisando os resultados da Tabela 4, verifica-se que estes não são muito diferentes dos resultados da Tabela 3. Mais concretamente, na coluna (1) apenas a variável V_{it-1} é estatisticamente significativa. Na coluna (2), as variáveis P_{it-1} , \dot{Y}_{it} e $coal_{it}$, são estatisticamente significativas, pelo que o crescimento do produto real afecta positivamente a percentagem de votos do partido líder, enquanto a situação de coligação exerce um efeito oposto. As restantes variáveis não são estatisticamente significativas.

¹⁹ Apesar de serem analisados quinze países, apenas se adiciona catorze *dummies*, pois um dos países tem que servir como referência aos restantes.

Tabela 4

| Colunas | MQO-EF | | | |
|--------------------|--------------------------------|-----------|---------------------------------|-----------|
| | 1 | | 2 | |
| Variáveis | Coef. | Ef. Marg. | Coef. | Ef. Marg. |
| V_{it-1} | 0.0201 ^a (0.004) | 0.005 | | |
| P_{it-1} | | | 0.0313 ^a (0.005) | 0,007 |
| Y_{it} | 0.1009 (0.074) | | 0.1660 ^b (0.080) | 0,037 |
| ΔP_{it} | -0.0223 (0.021) | | -0.0118 (0.023) | |
| ΔU_{it} | -0.2030 (0.190) | | -0.2771 (0.202) | |
| ΔD_{it} | 0.0265 (0.089) | | 0.0135 (0.095) | |
| $coal_{it}$ | 0.0681 (0.123) | | -0.2982 ^b (0.139) | -0,066 |
| $trim_{it}$ | -0.0002 (0.001) | | -0.0009 (0.001) | |
| maj_{it} | -0.0701 (0.103) | | 0.0290 (0.111) | |
| <i>const</i> | -1.018 ^a | | -1.528 ^a | |
| Obs. | 97 | | 96 | |
| R ² Aj. | 0.587061 | | 0.648280 | |

^a $p < 0.01$ ^b $p < 0.05$ ^c $p < 0.10$

^dDesvios padrão entre parênteses.

^e São omitidos os coeficientes das dummies dos efeitos fixos.

5.3 Métodos dos mínimos quadrados ponderados

Com a estimação do modelo pelo método dos MQO-EF, os resultados continuam a mostrar fraca evidência empírica do efeito das variáveis económicas e políticas nos resultados eleitorais. Assim, o uso de uma técnica econométrica diferente poderá ajudar a ultrapassar esta barreira. Aguiar-Conraria e Magalhães (2010) implementam, no seu trabalho, um método econométrico que pondera a dimensão dos países na amostra na estimação do seu modelo – mínimos quadrados ponderados (MQP). Quando se analisa dados eleitorais para um conjunto de países, o uso do MQO resulta numa estimação que dá o mesmo peso a cada observação, i.e., os resultados eleitorais da Alemanha, onde existe em média 83 milhões de eleitores, têm a mesma ponderação que os resultados de Portugal, onde em média existe 8 milhões de eleitores. Como o MQO utiliza a média da amostra como o estimador da média população, então a variância do estimador diminui com o número de eleitores. Deste modo, países com maior número de

eleitores, apresentam menor variância. Assim, o MQO, apesar de ser consistente, é um estimador ineficiente, dado que não atribui maior peso às observações com menor variância.

Utilizando a argumentação de Aguiar-Conraria e Magalhães (2010), este problema pode ser resolvido se olharmos para o nosso modelo de uma perspectiva diferente. Mais concretamente, a partir do momento que o eleitor decide votar, a sua acção pode ser interpretada como uma decisão binária, onde este vota a favor ou contra o governo. Como a percentagem de votos obtida pelo governo reflecte a decisão dos eleitores de um país, esta pode ser vista como um estimador do valor esperado proveniente de uma decisão binária, pelo que a percentagem obtida na eleição a corresponde à percentagem de votantes que escolheram votar no governo. Assim, assumindo que um votante enfrenta a eleição a , vota no governo com uma probabilidade dada pela função $V_a = F(X\beta)$, onde F é uma qualquer função de distribuição. Assumindo que F é estritamente crescente, é possível resolve-la em ordem a $X\beta$: $F^{-1}(V_a) = X\beta$. Utilizando uma função de distribuição logística, obtemos:

$$V_a = \frac{e^{X\beta}}{(1+e^{X\beta})} \Leftrightarrow \log\left(\frac{V_a}{1-V_a}\right) = X\beta \quad (10)$$

Apesar de não conhecermos V_a , nós sabemos que \bar{V}_a é um estimador consistente, pelo Berkson (1951) propõe regredir $F^{-1}(\bar{V}_a)$ em X . Assim, estima-se pelo MQO o seguinte modelo transformado:

$$\log\left(\frac{\bar{V}_a}{1-\bar{V}_a}\right) = X\beta + \epsilon_a \quad (11)$$

O termo de erro, $\epsilon_a = F^{-1}(\bar{V}_a) - F^{-1}(V_a)$, é heterocedástico e a sua variância diminui com o número de votantes (N_a)²⁰:

$$\sigma_a^2 = \frac{1}{N_a(\bar{V}_a)(1-\bar{V}_a)} \quad (12)$$

Este estimador é completamente eficiente e assintoticamente equivalente ao estimador de máxima verosimilhança (Cameron e Trivedi, 2005 Cap. 14).

Adicionalmente a esta nova técnica econométrica, as estimações seguintes não terão efeitos fixos para cada país. Devido ao reduzido número de observações para alguns países (ver

²⁰ Aguiar-Conraria e Magalhães (2010) usam como ponderador o número de eleitores. Neste trabalho, o ponderador corresponde ao número de votos válidos, dado que este valor reflecte o número de eleitores que enfrentaram a decisão binária de votar no governo ou na oposição.

Tabela 2 do Anexo estatístico), faz pouco sentido incorporar catorze variáveis *dummy* numa amostra com apenas noventa e sete observações, o que resulta numa perda de catorze graus de liberdade.

Assim, na tabela 5 apresenta-se os resultados das estimações dos modelos (7) e (10), efectuadas através dos MQP, nas colunas (1) e (2), respectivamente. Analisando os resultados da coluna (1) da Tabela 5, verifica-se que a sinalização das variáveis económicas vai de acordo com o esperado, e que a variável \dot{Y}_{it} é estatisticamente significativa a 5%, o que revela que um aumento de 1p.p. na variação média trimestral do produto real se traduz, em média, num aumento de 5,1p.p. na percentagem de votos do governo, *ceteris paribus*. Relativamente às variáveis políticas, os resultados são idênticos aos das estimações obtidas anteriormente, ou seja, apenas a variável V_{it-1} é estatisticamente significativa. Analisando os resultados da coluna (2) da mesma tabela, verifica-se que as variáveis \dot{Y}_{it} e ΔU_{it} são estatisticamente significativas a 1% e 5%, respectivamente. Assim, estima-se que um aumento de 1p.p., na variação média trimestral da taxa de desemprego, diminua a percentagem de votos do partido líder em 9,7p.p., *ceteris paribus*. Relativamente às variáveis políticas, à semelhança dos resultados da coluna (1), os resultados também são idênticos aos das estimações anteriores, pelo que apenas P_{it-1} e $coal_{it}$ são estatisticamente significativas. As restantes variáveis não são estatisticamente significativas.

As estimações presentes Tabela 5 mostram que, recorrendo à técnica dos MQP, é possível obter resultados que sustentem maior evidência significativa do efeito das variáveis económicas nos resultados eleitorais. Repare-se que, apesar de as variáveis políticas, que são estatisticamente significativas na Tabela 5, serem as mesmas que eram significativas nas estimações anteriores, relativamente às variáveis económicas, na análise da percentagem de votos do governo, a variável \dot{Y}_{it} passa a ser estatisticamente significativa; para a percentagem de votos do partido líder, o mesmo se pode dizer em relação à variável ΔU_{it} . Contudo, a variável $trim_{it}$, que é das mais consistentes na literatura das funções-voto, pode ser especificada de uma outra forma que se adeque mais à decisão de voto dos eleitores, e dessa forma passe a ser estatisticamente significativa nas estimações obtidas.

Tabela 5

| Colunas | MQP | | | |
|--------------------|--------------------------------|-----------|---------------------------------|-----------|
| | 1 | | 2 | |
| Variáveis | Coef. | Ef. Marg. | Coef. | Ef. Marg. |
| V_{it-1} | 0.0257 ^a (0.004) | 0.006 | | |
| P_{it-1} | | | 0.0370 ^a (0.004) | 0.008 |
| Y_{it} | 0.2050 ^b (0.080) | 0.051 | 0.2621 ^a (0.082) | 0.057 |
| ΔI_{it} | -0.0198 (0.022) | | 0.0066 (0.022) | |
| ΔU_{it} | -0.2444 (0.168) | | -0.4426 ^b (0.173) | -0.097 |
| ΔD_{it} | 0.0387 (0.077) | | -0.1033 (0.076) | |
| $coal_{it}$ | 0.0270 (0.056) | | -0.1966 ^a (0.070) | -0.043 |
| $trim_{it}$ | -7.12E-05 (0.001) | | -0.0007 (0.001) | |
| maj_{it} | 0.0806 (0.069) | | 0.1088 (0.068) | |
| $const$ | -1.698 ^a | | -2.099 ^a | |
| Obs. | 97 | | 96 | |
| R ² Aj. | 0.554727 | | 0.679995 | |

^a $p < 0.01$ ^b $p < 0.05$ ^c $p < 0.10$

^aDesvios padrão entre parênteses

Tal como foi explicitado na descrição das variáveis políticas, a variável $trim_{it}$ contabiliza o número de trimestres que o partido líder permanece no poder. No entanto, durante um mandato, a composição de um governo de coligação pode alterar-se, i.e., numa coligação governamental podem entrar e sair partidos, o que faz com que o governo no início do mandato não seja inteiramente igual quando se aproxima do fim do mesmo. Na Bélgica, este tipo de situações ocorrem com alguma frequência. Este tipo de acontecimentos pode exercer alguma influência na decisão de voto dos eleitores, pois o facto de a composição governamental se alterar, pode trazer alguma confusão na atribuição da responsabilidade política, ou seja, a claridade política diminui (Powell e Whitten, 1993). Assim, de modo a controlar para este problema, criou-se a variável $chang_{it}$ que contabiliza o número de trimestres desde a última alteração na composição do governo. Desta forma, o desgaste da imagem do governo, i.e., o custo de governar, passa a ter em conta este tipo de acontecimentos:

$$Gov_{it} = \gamma L + \beta chang_{it} + \epsilon_{it} \quad (13)$$

$$Part_{it} = \theta Q + \alpha chang_{it} + \varepsilon_{it} \quad (14)$$

Deste modo, na Tabela 6, apresenta-se os resultados das estimações dos modelos (13) e (14), efectuadas através dos MQP e utilizando a variável $chang_{it}$ em detrimento da variável $trim_{it}$, nas colunas (1) e (2), respectivamente. Analisando os resultados da Tabela 7, verifica-se que em ambas as colunas, a variável $chang_{it}$, que mede o custo de governar, é estatisticamente significativa a 1% e positivamente sinalizada, o que significa que com o decorrer do tempo desde a última alteração governamental, o governo (ou o partido líder) perde apoio eleitoral. Até ao momento, a variável que media o custo de governar nunca tinha sido estatisticamente significativa, pelo que, com esta nova especificação, isso não acontece. Relativamente às restantes variáveis, não se verificam alterações consideráveis nos resultados, excepto na variável maj_{it} que na coluna (2) é estatisticamente significativa a 10%, o que significa que o partido líder ao obter uma situação de maioria governamental, a sua percentagem de votos aumenta, em média, 2.5p.p., *ceteris paribus*.

Tabela 6

| Colunas | MQP | | | |
|--------------------|---------------------------------|-----------|---------------------------------|-----------|
| | 1 | | 2 | |
| Variáveis | Coef. | Ef. Marg. | Coef. | Ef. Marg. |
| V_{it-1} | 0.0247 ^a (0.004) | 0,006 | | |
| P_{it-1} | | | 0.0382 ^a (0.004) | 0,008 |
| Y_{it} | 0.1900 ^b (0.079) | 0,047 | 0.2422 ^a (0.080) | 0,053 |
| ΔI_{it} | -0.0236 (0.021) | | 0.0041 (0.022) | |
| ΔU_{it} | -0.1764 (0.163) | | -0.3349 ^b (0.168) | -0,073 |
| ΔD_{it} | 0.0391 (0.073) | | -0.0962 (0.072) | |
| $coal_{it}$ | 0.0118 (0.055) | | -0.2341 ^a (0.069) | -0,051 |
| $chang_{it}$ | -0.0025 ^c (0.002) | -0,001 | -0.0039 ^a (0.001) | -0,001 |
| maj_{it} | 0.0988 (0.069) | | 0.1126 ^c (0.066) | 0,025 |
| $const$ | -1.593 ^a | | -2.0582 ^a | |
| Obs. | 97 | | 96 | |
| R ² Aj. | 0.569130 | | 0.698579 | |

^ap < 0.01 ^bp < 0.05 ^cp < 0.10

^dDesvios padrão entre parênteses

Este efeito positivo pode ser interpretado como um aumento na eficiência política decorrente da situação de maioria governamental, onde o partido líder, perante as necessidades da economia nacional, pode dar uma resposta política mais eficiente, dado que não precisa do aval dos restantes partidos para implementar as suas políticas.

Apesar de os modelos estimados na Tabela 6 apresentarem melhores resultados que as estimações anteriores obtidas, é necessário efectuar um teste estatístico que dê suporte ao seu uso em detrimento da especificação dos modelos anteriores. Numa primeira abordagem, podemos argumentar através dos R^2 ajustados obtidos. Na Tabela 5, os R^2 ajustados obtidos são 0.55 para o governo e 0.68 para o partido líder. Na Tabela 6, estes valores são 0.57 e 0.70, respectivamente. Assim, em ambos os casos, i.e., analisando a percentagem de votos do governo ou a do partido líder, o uso da variável $chang_{it}$ em detrimento da variável $trim_{it}$, produz R^2 aj. superiores, o que por si só mostra que o modelo com esta nova especificação consegue explicar melhor a realidade. Contudo, procedemos a um *J-test* (Greene, 2008) de modo a averiguar se os modelos (13) e (14) são melhores que os modelos (7) e (10). Assim, relativamente à percentagem de votos do governo, as hipóteses a testar são:

$$H0: Gov_{it} = \gamma L + \beta trim_{it} + \epsilon_{it} \quad (15)$$

$$H1: Gov_{it} = \theta L + \alpha chang_{it} + \epsilon_{it} \quad (16)$$

Quanto à percentagem de votos do partido líder, temos:

$$H3: Part_{it} = \theta Q + \beta trim_{it} + \epsilon_{it} \quad (17)$$

$$H4: Part_{it} = \omega Q + \varphi trim_{it} + \epsilon_{it} \quad (18)$$

Para implementar o teste, criaram-se quatro vectores com os valores previstos de cada um dos modelos, $pre_gov_trim_{it}$, $pre_gov_chang_{it}$, $pre_part_trim_{it}$ e $pre_part_chang_{it}$, para os modelos (7), (13), (10) e (14), respectivamente. Na Tabela 7, apresenta-se as estimações destes modelos com os vectores de previsão do modelo oposto.

Tal como é possível observar na Tabela 7, na coluna (1) a variável $pre_gov_chang_{it}$ é estatisticamente significativa a 10%, pelo que rejeitámos $H0$; por sua vez, na coluna (2), a

variável $pre_gov_trim_{it}$ não é estatisticamente significativa, pelo que não rejeitámos H_1 . Assim, segundo o J -test, o modelo (13) é melhor que o modelo (7). Aplicando o mesmo raciocínio à percentagem de votos do partido líder, na coluna (3), a variável $pre_part_chang_{it}$ é estatisticamente significativa a 5%, pelo que rejeitámos H_0 ; por sua vez, na coluna (2), a variável pre_trim_{it} não é estatisticamente significativa, pelo que não rejeitámos H_1 . Assim, segundo o J -test, o modelo (14) é melhor que o modelo (10). Desta forma, justificámos o uso dos modelos (13) e (14) em detrimento dos modelos (7) e (10).

Tabela 7

| Colunas | MQP | | | |
|---|-------------------------------|----------------------|--------------------------------|--------------------|
| | 1 | 2 | 3 | 4 |
| Variáveis | Coef. | Coef. | Coef. | Coef. |
| V_{it-1} | 0.0001 (0.0154) | -0.0062 (0.189) | | |
| $pre_gov_trim_{it}$ | | 1.210.583 (7.375) | | |
| $pre_gov_chang_{it}$ | 1.002 ^c (0.585) | | | |
| P_{it-1} | | | 0.0004 (0.015) | 0.0046 (0.028) |
| $pre_part_trim_{it}$ | | | | 0.8962 (0.734) |
| $pre_part_chang_{it}$ | | | 0.9755 ^b (0.372) | |
| Y_{it} | 0.0005 (0.143) | -0.0573 (1.509) | 0.0089 (0.125) | 0.0103 (0.206) |
| ΔI_{it} | -0.0004 (0.024) | -0.0001 (0.145) | -0.0045 (0.022) | -0.0064 (0.023) |
| ΔU_{it} | -0.0068 (0.216) | 0.1123 (1.767) | -0.0448 (0.226) | 0.0252 (0.339) |
| ΔD_{it} | -0.0035 (0.080) | -0.0111 (0.315) | -0.0196 (0.080) | -0.0209 (0.095) |
| $coal_{it}$ | -0.0002 (0.057) | -0.0211 (0.208) | 0.0023 (0.102) | -0.0498 (0.166) |
| $trim_{it}$ | -8.62E-05 (0.001) | | -0.0007 (0.001) | |
| $chang_{it}$ | | -0.0024 (0.002) | | -0.0039 (0.001) |
| maj_{it} | 0.0003 (0.083) | 0.0016 (0.596) | 0.013431 (0.076) | 0.0258 (0.097) |
| const | -0.001531 | 0.4589 | -0.015631 | -0.1422 |
| Obs. | 97 | 97 | 96 | 96 |
| R ² Aj. | 0.564312 | 0.564312 | 0.728669 | 0.728669 |
| ^a $p < 0.01$ ^b $p < 0.05$ ^c $p < 0.10$ ^d Desvios padrão entre parênteses | | | | |

5.4 Processo de integração Europeu

Tal como é referido na introdução e na motivação de estudo, o objectivo deste trabalho é analisar se existe evidência empírica da existência de uma função-voto para quinze países da Europa Ocidental, e, de seguida, verificar se esta foi influenciada pelo processo de integração Europeu. Até ao momento, conseguiu-se demonstrar que algumas variáveis económicas e políticas afectam a percentagem de votos das estruturas políticas dos países estudados (ver Tabela 6). Assim, falta analisar o possível efeito processo de integração Europeu nas mesmas. O acontecimento mais marcante deste processo de integração foi a imposição dos critérios de convergência do Tratado de Maastricht (TM), para uma posterior adesão ao Euro. Tal como foi referido na revisão de literatura, os países que pretendessem aderir à moeda única, teriam que se sujeitar a políticas fiscais mais restritivas e abdicar da sua política monetária. Assim, com a entrada do TM, este conjunto de países seria submetido pela primeira vez aos critérios de convergência, pelo que este acontecimento simboliza o maior ajuste fiscal do processo de integração Europeu. Deste modo, de forma a analisar o seu efeito, criou-se uma variável *dummy* (TM_{it}), que assume valor 1 a partir da entrada em vigor do TM para os países que acabaram por aderir ao Euro (e 0 no caso contrário), pois forem estes que se submeteram aos critérios. Para os países da amostra que nunca aderiram ao Euro (nomeadamente Dinamarca, Suécia e Reino Unido), as três *dummies* criadas assumem sempre valor zero, pois nunca se submeteram por completo aos critérios de convergência. Para os países da amostra que actualmente fazem parte da Eurozona, mas que apenas entrarem para a União Europeia depois da introdução do TM, a variável TM_{it} assume valor 1 após a entrada na UE, pois foi a partir desse momento que passaram a submeter-se ao TM. De seguida, interagiu-se estas variáveis com os modelos (13) e (14), de modo a analisar o antes e o depois do TM:

$$Gov_{it} = \beta c + (1 - TM_{it}) \times \gamma L + TM_{it} \times \varphi L + TM_{it} + \epsilon_{it} \quad (19)$$

$$Part_{it} = \alpha c + (1 - TM_{it}) \times \theta Q + TM_{it} \times \omega Q + TM_{it} + \epsilon_{it} \quad (20)$$

Com esta especificação, é possível verificar se a entrada do TM exerceu algum efeito nas variáveis económicas e políticas dos modelos (13) e (14), dado que se obtém os coeficientes das variáveis dos modelos (13) e (14) antes e após a entrada do Tratado. Por exemplo, se o TM afectou o efeito da variável \dot{Y}_{it} na percentagem de votos do governo, então os coeficientes γ e φ , associados a esta variável explicativa, deverão ser consideravelmente diferentes. A inclusão

da *dummy* TM_{it} deve-se aos possíveis efeitos do TM, que não sejam captados pelas restantes variáveis explicativas, na variável dependente. Assim, de modo a analisar estas questões, na Tabela 8 apresenta-se os resultados das estimações dos modelos (19) e (20) nas colunas (1) e (2), respectivamente.

Analisando a coluna (1) da Tabela 8, verifica-se que as variáveis V_{it-1} e \dot{Y}_{it} são estatisticamente significativas antes e após a entrada do TM. Apesar do coeficiente da variável \dot{Y}_{it} ser maior após a entrada do TM, o que poderia significar que o crescimento do produto real tem tido maior impacto na percentagem de votos do governo após o TM, efectuou-se um teste de *Wald* que rejeita essa possibilidade. Ainda referente à coluna (1), a variável $(1 - TM_{it}) \times \Delta U_{it}$ é estatisticamente significativa a 5%, o que significa que antes do TM, um aumento de 1p.p. na variação média trimestral da taxa de desemprego diminuía, em média, a percentagem de votos do governo em 7,2p.p., *ceteris paribus*. Assim, há evidência estatística de que com o TM, o governo passou a ser menos penalizado por aumentos no desemprego, pois o coeficiente associado à variável $(1 - TM_{it}) \times \Delta U_{it}$ é maior que o coeficiente da variável $TM_{it} \times \Delta U_{it}$, e, além disso, foi efectuado um teste de *Wald* que rejeita a hipótese dos coeficientes destas duas variáveis serem idênticos. As restantes variáveis não são estatisticamente significativas. Em relação à coluna (2) da mesma tabela, constata-se que as variáveis P_{it-1} e $coal_{it}$ são estatisticamente significativas antes e após o TM. No entanto, após um teste de *Wald*, rejeita-se a hipótese dos seus coeficientes serem afectados pelo TM. Após o TM, as variáveis \dot{Y}_{it} , ΔI_{it} , ΔU_{it} e maj_{it} , são estatisticamente significativas. Assim, os resultados obtidos indicam que, com o TM, o crescimento real do produto e situações de maioria governamental, afectam positivamente a percentagem de votos do partido líder, enquanto que aumentos na variação média da taxa de desemprego trimestral exercem um efeito oposto. Contudo, após a execução de testes de *Wald* para estas três variáveis, verificou-se que apenas o efeito da variável maj_{it} , na variável P_{it-1} , foi afectado pelo TM. Relativamente à variação média na taxa de inflação homóloga, verifica-se que após o TM, esta exerce um efeito positivo na variável dependente, o que não vai de acordo com o esperado. Contudo, na altura em que o TM entrou em vigor, i.e., início de 1993, os países, da amostra estudada, presenciaram taxas de inflação relativamente baixas e estáveis (ver Gráfico 1). Assim, é possível que pequenos aumentos da mesma, após o TM, possam ser sinais de aumentos no rendimento disponível provenientes de factores não

controlados pelo nosso modelo, pelo que é possível exercerem um efeito líquido positivo na percentagem de votos do partido líder.

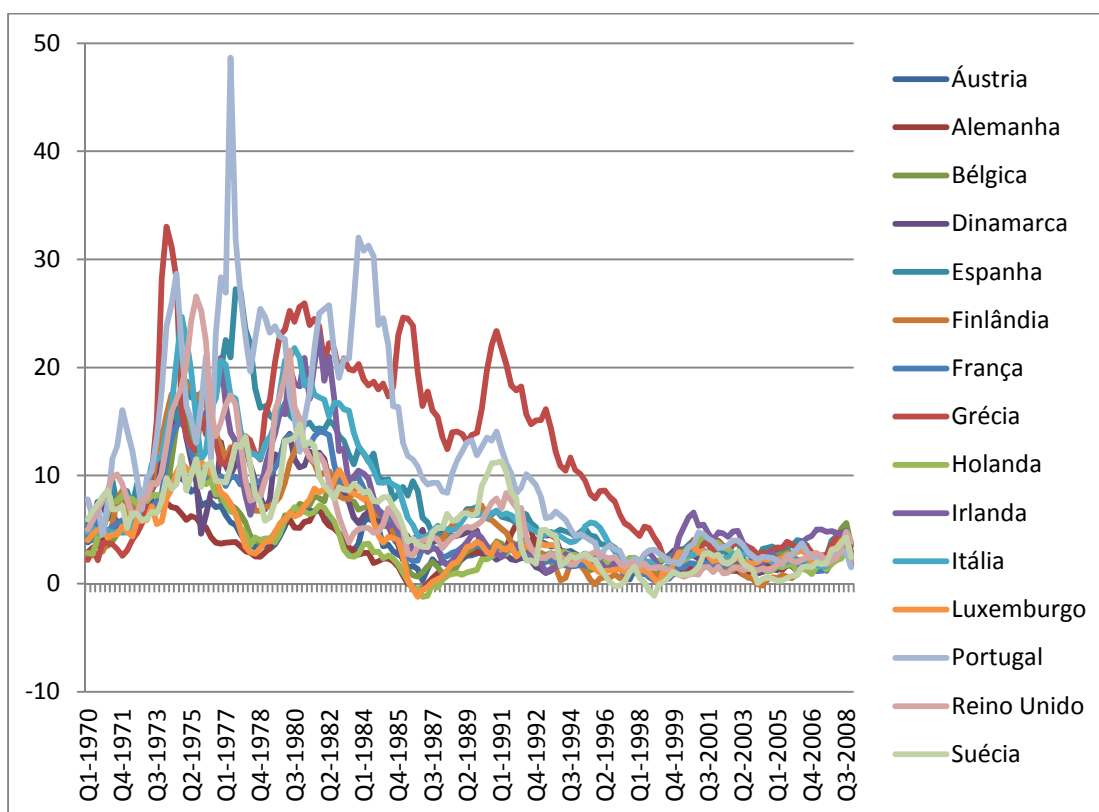
Tabela 8

| Colunas | MQP | | | |
|--------------------------------------|---------------------------------|-----------|---------------------------------|-----------|
| | 1 | | 2 | |
| Variáveis | Coef. | Ef. Marg. | Coef. | Ef. marg. |
| $(1 - TM_{it}) \times V_{it-1}$ | 0.0253 ^a (0.004) | 0.006 | | |
| $(1 - TM_{it}) \times P_{it-1}$ | | | 0.0371 ^a (0.007) | 0.008 |
| $(1 - TM_{it}) \times Y_{it}$ | 0.1708 ^c (0.099) | 0.042 | 0.1933 (0.123) | |
| $(1 - TM_{it}) \times \Delta I_{it}$ | -0.0347 (0.026) | | -0.0373 (0.024) | |
| $(1 - TM_{it}) \times \Delta U_{it}$ | -0.5345 ^b (0.251) | -0.133 | -0.3687 (0.274) | |
| $(1 - TM_{it}) \times \Delta D_{it}$ | 0.1384 (0.090) | | 0.1145 (0.123) | |
| $(1 - TM_{it}) \times coal_{it}$ | -0.0808 (0.102) | | -0.2567 ^b (0.121) | -0.056 |
| $(1 - TM_{it}) \times chang_{it}$ | -0.0040 ^b (0.002) | -0.001 | -0.0041 (0.003) | |
| $(1 - TM_{it}) \times maj_{it}$ | -0.0665 (0.086) | | -0.0968 (0.110) | |
| $TM_{it} \times V_{it-1}$ | 0.0240 ^a (0.008) | 0.006 | | |
| $TM_{it} \times P_{it-1}$ | | | 0.0366 ^a (0.005) | 0.008 |
| $TM_{it} \times Y_{it}$ | 0.2921 ^c (0.153) | 0.072 | 0.3313 ^a (0.111) | 0.073 |
| $TM_{it} \times \Delta I_{it}$ | 0.0028 (0.050) | | 0.0878 ^c (0.050) | 0.019 |
| $TM_{it} \times \Delta U_{it}$ | -0.0885 (0.234) | | -0.4698 ^b (0.209) | -0.103 |
| $TM_{it} \times \Delta D_{it}$ | -0.0378 (0.128) | | -0.1559 (0.094) | |
| $TM_{it} \times coal_{it}$ | -0.0490 (0.117) | | -0.3252 ^a (0.099) | -0.072 |
| $TM_{it} \times chang_{it}$ | -0.0011 (0.002) | | -0.0012 (0.002) | |
| $TM_{it} \times maj_{it}$ | 0.1894 (0.153) | | 0.2577 ^b (0.099) | 0.057 |
| TM_{it} | -0.2898 (0.436) | | -0.2423 (0.397) | |
| <i>const</i> | | | - | |
| | -1.3901 ^a | | 1.878.746 | |
| Obs. | | 97 | | 96 |
| R ² Aj. | | 0.588865 | | 0.726385 |

^ap < 0.01 ^bp < 0.05 ^cp < 0.10

^aDesvios padrão entre parênteses

Gráfico 1 - Taxa de inflação homóloga



Os resultados da Tabela 8 revelam que o TM exerceu alguma influência no efeito das variáveis explicativas sobre a variável dependente, nomeadamente na variável ΔU_{it} para a coluna (1), e para a coluna (2) nas variáveis ΔI_{it} e maj_{it} . Contudo, relativamente à variável da disciplina fiscal (ΔD_{it}), esta nunca é estatisticamente significativa. Tal como foi referido anteriormente, um dos critérios de convergência foi a imposição de um limite máximo de três por cento no défice orçamental em relação ao PIB. Assim, é possível que o TM tenha exercido alguma influência na forma que os eleitores responsabilizam o governo pela condução da política fiscal, quando o défice ultrapassa-se este limite, i.e., é possível que com o TM, as pessoas penalizassem o governo pela condução de políticas orçamentais menos rigorosas. De modo a analisar esta possibilidade, criou-se uma variável *dummy* ($defexc_{it}$) que assume valor 1 quando o défice governamental é superior a três por cento do PIB, e valor zero no caso oposto. De seguida, especificou-se os modelos (13) e (14) da seguinte forma:

$$Gov_{it} = \gamma L + \beta_1 \Delta D_{it} \times (1 - TM_{it}) \times defexc_{it} + \beta_2 \Delta D_{it} \times TM_{it} \times defexc_{it} + \beta_3 (1 - TM_{it}) \times defexc_{it} + \beta_4 TM_{it} \times defexc_{it} + \beta_5 TM_{it} + \epsilon_{it} \quad (21)$$

$$Part_{it} = \theta Q + \alpha_1 \Delta D_{it} \times (1 - TM_{it}) \times defexc_{it} + \alpha_2 \Delta D_{it} \times TM_{it} \times defexc_{it} + \alpha_3 (1 - TM_{it}) \times defexc_{it} + \alpha_4 TM_{it} \times defexc_{it} + \alpha_5 TM_{it} + \epsilon_{it} + \varepsilon_{it} \quad (22)$$

Com a especificação dos modelos (21) e (22), é possível capturar os possíveis efeitos de uma situação de déficit orçamental superior a três por cento do PIB, antes e depois da entrada do TM. Assim, as variáveis aos coeficientes β_1 e β_2 são utilizadas para verificar se essas situações (de déficit superior a três por cento) exercem algum efeito na variação do saldo orçamental, i.e., na variável ΔD_{it} , e, se esse efeito, foi afectado pelo TM. Por sua vez, as variáveis dos coeficientes β_3 e β_4 são introduzidas para capturar os efeitos externos às variáveis do modelo, que sejam provocados por esta situação orçamental; estas variáveis também são controladas para a entrada do TM. Por último, tal como foi efectuado nas estimações anteriores, a inclusão da *dummy* TM_{it} prende-se com os possíveis efeitos do TM, que não sejam captados pelas restantes variáveis explicativas, na variável dependente. Se o TM não exerce qualquer influência nas variáveis explicativas, então os coeficientes β_1 e β_2 deverão ser idênticos; o mesmo se aplica aos coeficientes β_3 e β_4 (isto em relação à percentagem de votos do governo). De modo a analisar estas questões, na Tabela 9 apresentam-se os resultados das estimações dos modelos (21) e (22) nas colunas (1) e (2), respectivamente.

Analisando a coluna (1) da Tabela 9, constata-se que as variáveis V_{it-1} , Y_{it} e maj_{it} , são positivamente sinalizadas e estatisticamente significativas a 1, 5 e 10%, respectivamente. Também se constata que a variável $\Delta D_{it} \times TM_{it} \times defexc_{it}$ é estatisticamente significativa a 10% e negativamente sinalizada, o que significa que após o TM, em situações de déficit orçamental superior a 3 por cento do PIB, variações negativas no saldo orçamental são penalizadas pelos eleitores. Repare-se que este resultado demonstra que o governo, após a entrada do TM, passou a ser penalizado por agravamentos das contas públicas em situações de déficit excessivo. Para se averiguar se o TM afectou a relação desta variável com a variável dependente, realizou-se um teste de *Wald* à igualdade dos coeficientes que rejeitou a hipótese de as variáveis $\Delta D_{it} \times (1 - TM_{it}) \times defexc_{it}$ e $\Delta D_{it} \times TM_{it} \times defexc_{it}$ terem coeficientes idênticos, o que corrobora o argumento defendido anteriormente. Relativamente à coluna (2) da mesma Tabela, os resultados apontam para conclusões semelhantes. Mais concretamente, a variável $\Delta D_{it} \times TM_{it} \times defexc_{it}$ é estatisticamente significativa a 5% e negativamente

sinalizada, pelo que realizou-se um teste de *Wald* que rejeitou a hipótese do seu coeficiente ser igual ao da variável $\Delta D_{it} \times (1 - TM_{it}) \times defexc_{it}$. Assim, à semelhança dos resultados da coluna (1), encontra-se evidência de que o partido líder, após o TM, passou a ser penalizado por agravamentos no défice orçamental quando este ultrapassa-se os três por cento do PIB. Ainda relativo à coluna (2), as variáveis P_{it-1} , \dot{Y}_{it} , ΔU_{it} , $coal_{it}$, $chang_{it}$ e maj_{it} , estatisticamente significativas, sendo as duas primeiras positivamente sinalizadas, e as restantes negativamente sinalizadas.

Tabela 9

| Colunas | MQP | | | |
|---|---------------------------------|-----------|---------------------------------|-----------|
| | 1 | | 2 | |
| Variáveis | Coef. | Ef. Marg. | Coef. | Ef. Marg. |
| V_{it-1} | 0.0246 ^a (0.004) | 0.006 | | |
| P_{it-1} | | | 0.0372 ^a (0.004) | 0.008 |
| \dot{Y}_{it} | 0.2091 ^b (0.081) | 0.052 | 0.2760 ^a (0.080) | 0.061 |
| ΔI_{it} | -0.0193 (0.023) | | -0.0028 (0.02) | |
| ΔU_{it} | -0.1411 (0.180) | | -0.3173 ^c (0.185) | -0.070 |
| $coal_{it}$ | 0.0352 (0.061) | | -0.2341 ^a (0.077) | -0.052 |
| $chang_{it}$ | -0.0014 (0.002) | | -0.0027 ^c (0.002) | -0.001 |
| maj_{it} | 0.1205 ^c (0.071) | 0.0299 | 0.1483 ^b (0.067) | 0.0326 |
| ΔD_{it} | 0.1669 (0.107) | | 0.0513 (0.106) | |
| $\Delta D_{it} \times (1 - TM_{it}) \times defexc_{it}$ | -0.3218 (0.333) | | -0.0674 (0.319) | |
| $\Delta D_{it} \times TM_{it} \times defexc_{it}$ | -0.4117 ^c (0.208) | -0.102 | -0.5122 ^b (0.196) | -0.113 |
| $(1 - TM_{it}) \times defexc_{it}$ | 0.0775 (0.094) | | 0.1076 (0.092) | |
| $TM_{it} \times defexc_{it}$ | -0.0041 (0.082) | | -0.0082 (0.081) | |
| TM_{it} | -0.0226 (0.080) | | 0.0793 (0.078) | |
| const | -1.6745 ^a | | -2.1906 ^a | |
| Obs. | 97 | | 96 | |
| R2 Aj. | 0.570506 | | 0.714908 | |
| ^a $p < 0.01$ ^b $p < 0.05$ ^c $p < 0.10$ | | | | |
| ^d Desvios padrão entre parênteses | | | | |

6. Conclusão

Desde 2000 que o não se levava a cabo uma análise sobre funções-voto para um conjunto tão alargado de países europeus. O último estudo conhecido é o de Chappell e Veiga (2000), onde os autores não encontram uma relação forte entre as variáveis políticas e económicas, com os resultados eleitorais. Este trabalho vem colmatar esse vazio e tenta, ainda, analisar o efeito do processo de integração Europeu nessa relação.

Os resultados deste trabalho indicam que algumas variáveis económicas e políticas afectam a decisão de voto do eleitor. Mais concretamente, a variável económica com maior influência é o crescimento real do produto, onde consistentemente se encontrou evidência de um efeito positivo deste índice económico nas percentagens de votos das estruturas governamentais analisadas. As restantes variáveis económicas não demonstram um efeito consistente, dado que nem sempre são estatisticamente significativas. Relativamente às variáveis políticas, tal como é defendido na revisão de literatura, a percentagem de votos da eleição anterior é sempre relevante. Em relação às restantes variáveis políticas, estas exercem um efeito estatisticamente mais forte quando estamos a analisar a percentagem de votos do partido líder, o que vão de acordo com o trabalho de Wilkin *et al* (1997), onde defendem que é mais fácil responsabilizar o partido líder do que o governo como um todo.

No que toca ao efeito do processo de integração Europeu nos modelos de funções-voto estudados, apenas a relação entre a situação de maioria governamental e a percentagem de votos do partido líder, parece ter sido afectada. Contudo, analisando situações onde o défice orçamental é superior a três por cento do PIB, encontrou-se evidência de que com o TM, os eleitores passaram a penalizar mais os governos (e os partidos líderes) por agravamentos das contas públicas. Assim, com o TM, o eleitor europeu passou a recompensar mais os governos que fossem fiscalmente mais responsáveis.

7. Bibliografia

- Alesina, A. & Londregan, J. & Rosenthal, H. (1993). A Model of the Political Economy of the United States. *American Political Science Review*, 87 (1): 12-33.
- Anderson, C. (1995). *Blaming the Government: Citizens and the Economy in Five European Democracies*. M.E. Sharpe.
- Anderson, C. (2000). Economic voting and political context: a comparative perspective. *Electoral Studies*, 19: 151–170.
- Aritis, M. & Nixon, F. (2001). *The economics of the European Union: Policy and Analysis*. Oxford UK: Oxford University Press.
- Berkson, J. (1951). Why I Prefer Logits to Probits. *Biometrics*, 7:327–339.
- Bloom, Howard S. & Price, H. Douglas (1975). Voter Response to Short-Run Economic Conditions: The Asymmetric Effect of Prosperity and Recession. *American Political Science Review*, 69 (4): 1240-1254.
- Borooh, Vani & Borooh, Vidya (1990). Economic performance and political popularity in the Republic of Ireland. *Public Choice*, 67: 65-79.
- Brender, Adi & Drazen, Allan (2008). How Do Budget Deficits and Economic Growth Affect Reelection Prospects? Evidence from a Large Panel of Countries. *American Economic Review*, 98 (5): 2203–20.
- Brug, W. & Eijk, C. & Franklin, M. (2007). *The Economy and the Vote: Economic Conditions and Elections in Fifteen Countries*. Cambridge University Press.
- Cameron, A. Colin & Trivedi, Pravin K. (2005). *Microeconomics: Methods and Applications*. Cambridge University Press.
- Chappell, H. & Keech, W. (1985). A New View of Political Accountability for Economic Performance. *American Political Science Review*, 79 (1): 10-27.
- Chappell, H. & Veiga, LG. (2000). Economics and elections in Western Europe: 1960–1997. *Electoral Studies*, 19: 183-197.
- Aguiar-Conraria, L. & Magalhães, Pedro (2010). Referendum Design, Quorum Rules and Turnout. *Public Choice*, 144 (1-2): 63-81.

- Downs, A. (1957). *An economic Theory of Democracy*. Nova Iorque, Harper Collins Publishers.
- Erickson, R. S. & Mackuen, M. B. & Stimson, J. A. (2000). Bankers or peasants revisited: economic expectations and presidential approval. *Electoral Studies*, 19: 295-312.
- Fair, Ray C. (1978). The Effect of Economic Events on Votes for President. *Review of Economics and Statistics*, 60 (2): 159-173.
- Fraile, Marta (2002). The retrospective voter in Spain during the 1990s. In: Dorussen, Han & Taylor Michael (Eds.), *Economic Voting*. 1ed. Routledge, 284-302.
- Grauwe, Paul (2003). *Economics of monetary union*. 5th ed. Oxford University Press. Oxford.
- Greene, William. (2008). *Econometric Analysis*. 6th ed. Prentice Hall.
- Hibbs, Douglas A. (2000). Bread and Peace Voting in U.S. Presidential Elections. *Public Choice*, 104 (1-2): 149-180.
- Jordahl, Henrik (2006). An economic analysis of voting in Sweden. *Public Choice*, 127: 251–273.
- Jordan, Nehemiah (1965). The "Asymmetry" of "Liking" and "Disliking": A Phenomenon Meriting Further Reflection and Research. *The Public Opinion Quarterly*, 29 (2): 315-322.
- Key, V.O. (1966). *The Responsible Electorate*. New York: Vintage Books.
- Kinder, D. & Kiweit, D. (1979). Economic Discontent and Political Behavior: The Role of Personal Grievances and Collective Economic Judgments in Congressional Voting. *American Journal of Political Science*, 23 (3) (Aug., 1979): 495-527.
- Kramer, G.H. (1971). Short-Term Fluctuations in U.S. Voting Behavior, 1896-1964. *American Political Science Review*, 71: 131-43.
- Kuklinski, J. H. & West, D. M. (1981). Economic Expectations and Voting Behavior in United States House and Senate Elections. *American Political Science Review*, 75 (2): 436-447.
- Lewis-Beck, M. (1988). *Economics and Elections: The Major Western Democracies*. The University of Michigan Press

- Lewis-Beck, M. & Paldam, M. (2000). Economic voting: an introduction. *Electoral Studies*, 19: 113-121.
- Lewis-Beck, M. & Stegmaier, Mary (2000). Economic determinants of electoral outcomes. *Annual Review of Political Science*, 3: 183-219.
- Markus, Gregory B. (1988). The Impact of Personal and National Economic Conditions on the Presidential Vote: A Pooled Cross-Sectional Analysis. *American Journal of Political Science*, 32 (1): 137-154.
- Mueller, D. (2003). *Public Choice III*. Cambridge UK: Cambridge University Press.
- Mueller, John (1970). Presidential Popularity from Truman to Johnson. *American Political Science Review*, 64: 18–34.
- Nannestad, Peter & Paldam, Martin (1994). The grievance asymmetry revisited: A micro study of economic voting in Denmark, 1986–1992. *European Journal of Political Economy*, 13 (1): 81-99.
- Nannestad, Peter & Paldam, Martin (1997a). From the Pocketbook of the Welfare Man: A Pooled Cross-Section Study of Economic Voting in Denmark, 1986-92. *British Journal of Political Science*, 27 (1): 119-136.
- Nannestad, Peter & Paldam, Martin (1997b). The grievance asymmetry revisited: A micro study of economic voting in Denmark, 1986–1992. *European Journal of Political Economy*, 13: 81–99.
- Nordhaus, William D. (1989). Alternative approaches to the political business cycle. Published in *Brookings Papers on Economic Activity* (1989), 2: 1-68.
- Norpoth, Helmut (1996). Presidents and the Prospective Voter. *The Journal of Politics*, 58 (3): 776-792.
- Paldam, M. (1991). How robust is the vote function? A study of seventeen nations over four decades. In: Norpoth, H., Lewis-Beck, M.S., Lafay, J.-D. (Eds.), *Economics and Politics: The Calculus of Support*. University of Michigan Press, Ann Arbor.
- Paldam, M. & Skott, P. (1995). A rational-voter explanation of the cost of ruling. *Public Choice* 83: 159-172.
- Paldam, M. & Nannestad, P. (2000). What do voters know about the economy? A study of Danish data, 1990–1993. *Electoral Studies*, 19: 363–391.

- Paldam, M. (2004). Are vote and popularity functions economically correct? In Rowley, Charles K. and Friedrich Schneider, Eds., *The Encyclopedia of Public Choice*, Vol. I, Kluwer Academic Publishers, 49-59.
- Palmer, Harvey D. & Whitten, G. (2002). Economics, politics, and the cost of ruling in advanced industrial democracies: how much does context matter?. In: Dorussen, Han & Taylor Michael (Eds.), *Economic Voting*. 1ed. Routledge, 66-91.
- Peltzman, Sam (1990). How Efficient Is the Voting Market?, *Journal of Law and Economics*, 33 (1): 27-63.
- Powell, G. Bingham & Whitten, G. (1993). A Cross-National Analysis of Economic Voting: Taking Account of the Political Context. *American Journal of Political Science*, 37: 391–414.
- Powell, G. Bingham. (2007). Aggregating and Representing Political Preferences. In: Boix, Carles & Stokes, Susan (Eds.) *The Oxford Handbook of Comparative Politics*. Oxford University Press.
- Price, S. & Sanders, D. (1995). Economic Expectations and Voting Intentions in the UK, 1979-87: a Pooled Cross-section Approach. *Political Studies*, 43 (3): 451-471.
- Stevenson, Randolph & Vavreck, Lynn (2000). Does Campaign Length Matter? Testing for Cross-National Effects. *British Journal of Political Science*, 30 (2): 217-235.
- Stevenson, Randolph (2002). The Economy as context: indirect links between the economy and voters. In: Dorussen, Han & Taylor Michael (Eds.), *Economic Voting*. 1ed. Routledge, 45-65.
- Veiga, F.J. & Veiga, L.G. (2004). The Determinants of Vote Intentions in Portugal. *Public Choice*, 118 (3-4): 341-364.
- Volkens, A. & Klingemann, H. (2002). Parties, ideologies, and issues: stability and change in fifteen European party systems 1945-1998. Pp. 143-68 in *Political Parties in the New Europe: Political and Analytical Challenges*, ed. K. R. Luther and F. Mueller-Rommel. Oxford: Oxford University Press.
- Wilkin S., Haller B. & Norpoth H. (1997). From Argentina to Zambia: a World-Wide Test of Economic Voting, *Electoral Studies*, 16 (3): 301-316.

Anexo

Tabela 1 - Estatísticas descritivas das variáveis

| Variáveis | Obs. | Média | Desvio Padrão | Mínimo | Máximo |
|-----------------|------|------------|---------------|--------|--------|
| V_{it-1} | 188 | 46.09707 | 11.48174 | 6.85 | 91 |
| V_{it} | 188 | 49.13548 | 11.43303 | 10.6 | 89.4 |
| P_{it-1} | 142 | 32.59092 | 9.861789 | 6.8 | 54.1 |
| P_{it} | 165 | 34.91861 | 10.20704 | 0 | 54.37 |
| Y_{it} | 2880 | 0.8164583 | 0.7019505 | -3.347 | 3.722 |
| ΔI_{it} | 2802 | -0.007167 | 2.466642 | 20.531 | -16.46 |
| ΔU_{it} | 1708 | 0.0096019 | 0.2586608 | -0.675 | 1.35 |
| ΔD_{it} | 1664 | -0.0062666 | 0.3312674 | -1.163 | 14.249 |
| $coal_{it}$ | 2940 | 0.0404762 | 0.1971068 | 0 | 1 |
| $trim_{it}$ | 2751 | 38.20756 | 41.41146 | 1 | 214 |
| $chang_{it}$ | 2750 | 15.53927 | 14.72186 | 1 | 76 |
| maj_{it} | 160 | 0.6760073 | 0.4295508 | 0 | 1 |
| TM_{it} | 2940 | 0.2693878 | 0.4437172 | 0 | 1 |
| $defexc_{it}$ | 2940 | 0.2846939 | 0.4513453 | 0 | 1 |

Tabela 2 - Periodicidade das variáveis

| Variáveis | Y_{it} | ΔI_{it} | ΔU_{it} | ΔD_{it} | Eleições |
|-------------|----------|-----------------|-----------------|-----------------|--|
| Áustria | 1961t1 | 1961t1 | 1993t1 | 1976 | 1994, 1995, 1999, 2002, 2006, 2008 |
| Alemanha | 1961t1 | 1961t1 | 1992t1 | 1971 | 1994, 1998, 2002, 2005, |
| Bélgica | 1961t1 | 1961t1 | 1970t1 | 1970 | 1971, 1974, 1977, 1978, 1981, 1985, 1987, 1991, 1995, 1999, 2003, 2007 |
| Dinamarca | 1961t1 | 1968t1 | 1982t1 | 1971 | 1984, 1987, 1988, 1990, 1994, 1998, 2001, 2005, 2007 |
| Espanha | 1961t1 | 1961t1 | 1978t1 | 1995 | 1996, 2000, 2004, 2008 |
| Finlândia | 1961t1 | 1961t1 | 1964t1 | 1975 | 1979, 1983, 1987, 1991, 1995, 1999, 2003, 2007 |
| França | 1961t1 | 1961t1 | 1978t2 | 1978 | 1981, 1986, 1988, 1993, 1997, 2002, 2007 |
| Grécia | 1961t1 | 1961t1 | 1998t2 | 1988 | 2000, 2004, 2007 |
| Holanda | 1961t1 | 1961t1 | 1970t1 | 1969 | 1971, 1972, 1977, 1981, 1982, 1986, 1989, 1994, 1998, 2002, 2003, 2006, |
| Irlanda | 1961t1 | 1977t1 | 1982t1 | 1985 | 1987, 1989, 1992, 1997, 2002, 2007 |
| Itália | 1961t1 | 1961t1 | 1979t2 | 1980 | 1983, 1987, 1992, 1996, 2001, 2006 |
| Luxemburgo | 1961t1 | 1961t1 | 1982t1 | 1990 | 1994, 1999, 2004 |
| Portugal | 1961t1 | 1961t1 | 1983t1 | 1977 | 1985, 1987, 1991, 1995, 1999, 2002, 2005 |
| Reino Unido | 1961t1 | 1961t1 | 1971t1 | 1986 | 1987, 1992, 1997, 2001, 2005 |
| Suécia | 1961t1 | 1961t1 | 1970t1 | 1993 | 1994, 1998, 2002, 2006 |